

De acordo com os Itens:

3.4 – Os candidatos autores dos projetos com notas iguais ou superiores à 7,0 (sete) serão convocados para Arguição perante a Comissão de Seleção (Anexo 3).

3.4.1 – Haverá a limitação de convocados para a arguição. Serão convocados os candidatos dentro do número de vagas mais 50% do número de vagas para a entrevista.

Divulgaremos a listagem com os convocados para as arguições no dia 26/11. A partir da publicação da listagem, enviaremos as informações das entrevistas, diretamente ao e-mail(informado na inscrição) do candidato.

Sobre recursos:

2.9 – Da nota do projeto somente caberá recurso por erro material.

2.9.1 – O recurso será dirigido ao Coordenador do PPGD, que pedirá parecer à banca examinadora e decidirá em 48 horas da resposta da banca.

As 48 horas começarão a contar das 00h do dia 16/11.

2.9.1.1 – O recurso, assinado, em formulário próprio, com a exposição de fundamentos e motivos deverá ser enviado para o e-mail recursosppgduerj@gmail.com

RESULTADO DAS ANÁLISES DOS PROJETOS DE MESTRADO

Mestrado - Direito Civil

Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61297	Não	ELIMINADO(PROJETO IDENTIFICADO)	A era "fake": responsabilidade civil dos aplicativos de paquera pela criação de perfis falsos
#57422	Sim	ELIMINADO(PROJETO IDENTIFICADO)	O Direito à Convivência Familiar e a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente no Processo de Adoção e As Consequências Jurídicas da Devolução de Crianças e Adolescentes Adotados no Brasil.
#57598	Não	8,6	A IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA DO CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÕES: COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO BRASILEIRO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO
#62052	Não	8,4	A perspectiva contemporânea da prestação e seus reflexos sobre a teoria da frustração do fim do contrato no ordenamento brasileiro
#58225	Não	8,4	A repercussão da cláusula cross default nos contratos coligados: entre o instrumento de gestão positiva do risco contratual e o exercício abusivo do direito de garantia.
#58613	Não	8,4	CLÁUSULAS DE NÃO CONCORRÊNCIA: PARÂMETROS PARA A AFERIÇÃO DE VALIDADE À LUZ DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL
#57748	Não	8,2	A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO NO DIREITO BRASILEIRO: FUNDAMENTO, PRESSUPOSTOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO
#62046	Não	8,1	A exceção do contrato não cumprido em contratos coligados: uma análise funcional a partir da correspectividade entre prestações
#57926	Não	8,1	Cessão da posição contratual: principais controvérsias, à luz da análise funcional do instituto
#58250	Não	8,1	Desafios Atuais do Direito à Informação e seus Reflexos no Direito de Escolha do Consumidor frente a Publicidade Direcionada
#60327	Não	8,1	Limites da garantia autônoma no direito brasileiro à luz da metodologia civil-constitucional
#58227	Não	8,1	Questões causais no compartilhamento de fake news: da imputação dos agentes à delimitação dos danos
#62091	Não	8	As fronteiras sistemáticas da simulação: critérios de distinção entre o negócio simulado e o negócio fiduciário à luz da perspectiva civil-constitucional
#61945	Não	8,0	O dano moral coletivo na legalidade constitucional: subsídios para a sua sistematização e tutela efetiva
#62065	Não	7,9	AS DIFICULDADES DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO NO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO
#57883	Não	7,9	DESTINO POST MORTEM DO ACERVO DIGITAL E O CORPO ELETRÔNICO. Análise crítica acerca da possível transmissão dos bens virtuais e do "eu digital"
#61884	Não	7,7	BLOCKCHAIN E SUA APLICAÇÃO NOS SMART CONTRACTS: uma análise dos benefícios e desafios jurídicos apresentados pela sua efetivação no contexto brasileiro à luz do princípio da função social do contrato
#58482	Não	7,7	EXPOSIÇÃO EXCESSIVA DE CRIANÇAS NA INTERNET: AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO OVERSHARENTING A PARTIR DA AUTONOMIA PROGRESSIVA DA CRIANÇA
#57770	Não	7,7	O DANO MORAL COLETIVO NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL: uma análise empírica da tutela transindividual do consumidor
#58039	Não	7,7	UMA NECESSÁRIA ADAPTAÇÃO E RELEITURA DA PROPRIEDADE COM ENFOQUE NOS BENS COMUNS
#61630	Não	7,6	A securitização dos danos causados por inteligência artificial
#58067	Não	7,6	Críticos para redução da cláusula penal à luz da equidade: parâmetros de aplicação da segunda parte do artigo 413 do Código Civil de acordo com a metodologia civil-constitucional
#62101	Não	7,5	DIREITOS DA PERSONALIDADE, SHARENTING E AUTORIDADE PARENTAL: ANÁLISE DA SUPEREXPOSIÇÃO DO INFLUENCIADOR MIRIM
#61586	Não	7,4	OS IMPACTOS JURÍDICOS NOS TEMPOS DE CRISE: uma análise acerca da irretroatividade dos pactos no âmbito da incorporação imobiliária
#61782	Não	7,3	Desafios do direito sucessório na era digital e a tecnologia blockchain: uma análise da idealização dos testamentos programados
#62040	Não	7,3	Dos limites prescricionais da reparação por bens culturais privados expropriados pelo Estado
#61252	Não	7,3	Os seguros automatizados inteligentes. Um estudo sobre o usage based insurance, suas características, benefícios e problemáticas à luz do Direito Civil-Constitucional Brasileiro.
#62035	Não	7,2	Legítimo interesse de terceiros: o tratamento de dados pessoais realizado pelos data brokers no mercado de publicidade direcionada
#57464	Não	7,2	O APOIO AO EXERCÍCIO DA CAPACIDADE LEGAL DO ARTIGO 12 DA CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AS HABILIDADES PARA TOMADA DE DECISÃO SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
#62017	Não	7,1	HERANÇA DIGITAL E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: A PROMOÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO DO TITULAR DO ACERVO DIGITAL A PARTIR DA PERSPECTIVA FUNCIONAL DOS BENS DIGITAIS
#61977	Não	7,1	Pressupostos e Limites da Responsabilidade Civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
#58151	Não	7	A TUTELA DAS GARANTIAS AUTÔNOMAS NO DIREITO BRASILEIRO
#62111	Não	7	As novas tecnologias de informação e os smart contracts no âmbito das obrigações propter rem: uma análise da inserção e da validade da cláusula de execução automatizada nas convenções condominiais e sua implicação na mitigação da insegurança gerada por dívidas pretéritas
#61556	Não	7,0	DADOS SENSÍVEIS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: como definir o conceito de dado sensível?
#62089	Não	6,9	A POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DE NOVAS GARANTIAS REAIS SOBRE OS DIREITOS EXPECTATIVOS DO DEVEDOR FIDUCIANTE
#58330	Não	6,9	A RESPONSABILIDADE CIVIL NA LGPD E A NECESSIDADE DE UMA LEITURA HARMÔNICA COM O SISTEMA DUALISTA
#61916	Não	6,9	DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: UMA SOLUÇÃO POSSÍVEL
#57858	Não	6,9	Lei do Marco Civil da Internet e o controle judicial de hashtags no Twitter: um estudo de caso sobre cultura do cancelamento
#61587	Não	6,8	A CONDIÇÃO SUSPENSIVA E A SUJEIÇÃO DA OBRIGAÇÃO AO SISTEMA DA LEI Nº 11.101/2005 À LUZ DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL
#61555	Não	6,8	A tutela da confiança legítima em aquisições imobiliárias ante os "vícios invisíveis"
#61681	Não	6,7	A REDUÇÃO DA CLÁUSULA PENAL EXCESSIVA: ENTRE CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS
#57961	Não	6,7	DA POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DO IMPLEMENTO DA CONDIÇÃO
#61249	Não	6,7	Direito-dever à colação: análise crítica na perspectiva civil-constitucionalista
#61725	Não	6,7	Quem (não) pode reproduzir: um estudo sobre a invisibilidade trans e a Lei do Planejamento Familiar
#58108	Não	6,6	A Construção do Dever de Renegociar e Seus Desdobramentos
#61370	Não	6,6	LUZ, CÂMERA, AÇÃO E VIDA REAL DISFARÇADA DE FICÇÃO: AS OBRAS AUDIOVISUAIS BASEADAS EM FATOS REAIS SOB A ÓTICA DA ADI 4815
#61761	Não	6,6	O Planejamento Sucessório como Mecanismo de Proteção aos Vulneráveis
#61606	Não	6,6	Os direitos à privacidade e à integridade psíquica diante do uso das Interfaces Cérebro-Computador
#61861	Não	6,6	Proibição do comportamento contraditório no âmbito contratual: nemo potest venire contra factum proprium e os planos privados de assistência à saúde a partir da Covid-19
#61409	Não	6,5	O consentimento no uso de dados pessoais para a publicidade direcionada nas redes sociais
#57481	Sim	6,5	O enriquecimento sem causa como alternativa à responsabilidade civil para a restituição do lucro da intervenção na tutela externa do crédito
#61305	Não	6,4	CURATELA E DIREITOS FUNDAMENTAIS (CONTRUÇÃO DE BASES PARA UM MODELO DE CONVERGÊNCIA)
#58446	Não	6,4	DA PRESCRIÇÃO EXTINTIVA E SEUS IMPACTOS SOBRE O CÔMPUTO COMPENSATÓRIO NAS AÇÕES DE INFRAÇÃO DE PATENTES

#61741	Não	6,4	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL NA DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS: o problema jurídico da moderação de conteúdo nas redes sociais a partir do Marco Civil da Internet e do Projeto de Lei 2630/2020 e as relações com o contexto eleitoral brasileiro entre 2018 e 2020.
#61443	Não	6,4	OS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONTEÚDO NAS APLICAÇÕES DE INTERNET, RESPONSABILIDADE CIVIL, ASPECTOS JURÍDICOS ENTRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS E OS DANOS À PERSONALIDADE DOS USUÁRIOS E DAS PESSOAS OFFLINE
#61679	Não	6,4	Quem regula as redes sociais? O choque entre a atuação estatal e as plataformas pela moderação de conteúdo na internet
#57863	Não	6,3	Aplicabilidade do abuso de direito nos casos de desistência da adoção
#61891	Não	6,3	Entre criptoemendas e youtubers: análise funcional das situações jurídicas em busca de tutela aos bens digitais.
#61501	Não	6,2	"Contratos Inteligentes" e a Inafastabilidade do Controle Jurisdicional
#61372	Não	6,2	A relação entre árbitros e partes: um contrato de prestação de serviço?
#61671	Não	6,2	ALIENAÇÃO DA NUA-PROPRIEDADE COM INSTITUIÇÃO ONEROSA DE USUFRUTO: funcionalização do direito, sob a luz da Constituição
#61747	Não	6,2	Discriminação positiva no uso de dados no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados: limites, possibilidades e pontos controversos
#61420	Não	6,2	Meus dados, minhas regras: como a Lei Geral de Proteção de Dados impacta a autodeterminação informativa nas grandes plataformas
#61287	Não	6,2	O BEBÊ CIDADÃO: CONCRETIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA RELATIVOS AO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO
#61609	Não	6,2	Uso de Inteligência Artificial e o Abuso do Direito Autoral no YouTube
#61428	Não	6,1	"Nada é mais certo que a Morte" – Uma análise do Direito Sucessório, frente a fertilização in vitro post mortem realizada após o período de dois anos da abertura da Sucessão.
#61815	Não	6,1	Análise da sistemática de remoção do lucro da intervenção em casos de benefícios irregulares percebidos por influenciadores digitais: Brasil e Portugal.
#61433	Não	6,1	Contratualização do Termo de Participação nas Práticas Colaborativas
#58267	Não	6,1	Leviatã digital e a privacidade de dados pessoais: o condicionamento operante como instrumento de eficiência estatal para contato e localização de pessoas
#61396	Não	6,1	Liberdade Sexual e Planejamento Familiar: Dificuldades na aplicação dos institutos diante da realidade social da mulher com deficiência.
#62105	Sim	6,1	O dever de indenizar decorrente da ruptura injustificada das tratativas: uma análise sobre a responsabilidade civil pré-contratual
#58465	Não	6,1	Por uma interpretação funcionalizada da prescrição à luz do princípio da dignidade da pessoa com deficiência
#58625	Não	6,1	TRATAMENTO DE DADOS E AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA: O TITULAR DE DADOS PESSOAIS NO VÉRTICE DO ORDENAMENTO E A FIXAÇÃO DE PARÂMETROS PARA ASSEGURAR A PLENA FUNCIONALIZAÇÃO DO CONSENTIMENTO À LUZ DA LGPD
#61614	Não	6,1	VULNERABILIDADES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM UM AMBIENTE DIGITAL DE VIGILÂNCIA: identificação de mecanismos protetivos a partir da responsabilidade tripartite
#62068	Não	6	O ESTADO DA ARTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A RESPONSABILIZAÇÃO PELO FATO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE CONJUGADA ENTRE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA
#61688	Não	6	O sistema brasileiro de tutela jurídica da pessoa maior vulnerável
#61737	Não	6	Solidariedade na Responsabilidade Civil e a Conceituação de Risco: a Contribuição das Ciências Sociais
#62093	Não	6	SMART CONTRACTS E EXECUÇÃO AUTOMÁTICA: A NOVA ROUPAGEM DE VELHAS PROBLEMATÍCAS DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL
#58083	Não	5,9	DA LEGITIMIDADE PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DECORRENTE DA SUCESSÃO UNIVERSAL EM CASO DE FUSÃO SOCIETÁRIA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA JURÍDICO-ECONÔMICA
#61430	Não	5,9	O direito fundamental ao planejamento familiar como expressão da vontade da autonomia da vontade no Direito das Famílias e o uso dos avanços biotecnológicos como instrumento de efetividade.
#61854	Não	5,8	A QUEBRA DO PARADIGMA: DE UM ARRANJO FAMILIAR MONOGÂMICO PARA O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA SIMULTÂNEA COMO ENTIDADE FAMILIAR E SEUS CONSEQUENTES EFEITOS PATRIMONIAIS
#58568	Não	5,8	PANDEMIA DO COVID-19 E O SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS: ANÁLISE DOS PARÂMETROS UTILIZADOS PELO JUDICIÁRIO PARA RESOLUÇÃO OU REVISÃO CONTRATUAL
#57472	Sim	5,8	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, PANDEMIA DA COVID-19 E AS MORTES CAUSADAS PELA FALTA DE LEITOS HOSPITALARES
#61551	Não	5,7	A RESPONSABILIDADE CIVIL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
#62099	Não	5,7	A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO RISCO CRIADO
#61487	Não	5,7	A TUTELA DAS DISTINTAS FORMAS DE FAMÍLIA NO ÂMBITO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
#61578	Não	5,7	Direito à privacidade e proteção de dados na sociedade digital: estudo comparado entre Brasil e China.
#61944	Não	5,7	O USO OFF-LABEL DE MEDICAMENTOS FRENTE À BIOÉTICA, À AUTODETERMINAÇÃO TERAPÊUTICA E ÀS DIRETRIZES DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA
#61811	Não	5,7	PENHOR LEGAL LOCATÍCIO RESIDENCIAIS SOB A ÓTICA DAS NORMAS PROTETIVAS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: uma revisão sistemática sob a ótica dos direitos fundamentais e segundo princípios informadores do código civil de 2002
#62008	Não	5,7	Wrongful arrest no direito brasileiro: critérios para o enquadramento dogmático da responsabilidade civil por arresto injustificado de navio
#61776	Não	5,6	"A OUTRA VIDA": reflexões sobre o exercício da limitação voluntária de direitos da personalidade como fator propiciador de violação da privacidade de usuários do ciberespaço
#61061	Não	5,6	CLÁUSULA DE ALOCAÇÃO DE RISCOS E SUA APLICABILIDADE À LOCAÇÃO DE IMÓVEIS: ANÁLISE CRÍTICA DA VULNERABILIDADE DO LOCATÁRIO ATRAVÉS DA RELEITURA DA LEI Nº 8.245/91.
#61942	Não	5,6	FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS: NOVOS PARADIGMAS E SUAS GARANTIAS À LUZ DA CARTA CIDADÃ NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
#61987	Não	5,6	O direito de personalidade e as repercussões jurídicas na reprodução humana assistida homóloga post mortem
#61320	Não	5,6	RESPONSABILIDADE CIVIL PÚBLICA E PRIVADA PELA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV CAUSADORA DE DANO AO NASCITURO NO ATENDIMENTO MÉDICO DA GESTANTE
#61592	Não	5,5	A INDIGNIDADE COMO CAUSA DE ESCUSABILIDADE DO DEVER DE ALIMENTAR DOS DESCENDENTES PARA ASCENDENTES IDOSOS.
#61784	Não	5,5	Lei de Alienação Parental: Um debate sobre sua Manutenção a partir de seus Reflexos Sociais
#61418	Não	5,5	MONOPÓLIO OPERACIONAL EM DISPOSITIVOS PARTICULARES VERSUS DIREITOS DE PROPRIEDADE
#61570	Não	5,5	O impacto do Direito de Arrependimento frente aos novos conceitos introduzidos pela Quarta Revolução Industrial
#57859	Não	5,5	Podcasts de true crime frente à incompatibilidade do direito ao esquecimento com a Constituição: lacunas na decisão do STF
#62032	Não	5,4	REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM: A EXTENSÃO DA POTENCIALIDADE DE DIREITOS DO CONCEPTURO DIANTE DAS ANTINOMIAS ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUCESSÓRIOS
#61109	Não	5,4	Sucessão dos bens digitais: possibilidades e limites para exploração econômica de perfis de redes sociais de pessoa falecida pelos herdeiros no ordenamento brasileiro
#61980	Não	5,3	O direito à busca pela felicidade e sua aplicação no planejamento sucessório.
#57890	Não	5,3	PERSONALIDADE, ABUSO DE DIREITO E ENXAME DIGITAL: UMA ANÁLISE FUNCIONALIZADA DA POLÍTICA DE DADOS DO INSTAGRAM
#61447	Não	5,2	A UNIÃO ESTÁVEL NO NOVO CÓDIGO CIVIL E O RETROCESSO PROTETIVO NOS DIREITOS SUCESSÓRIO DOS COMPANHEIROS
#61279	Não	5,2	OS ANIMAS DOMÉSTICOS ENQUANTO BENS E SUJEITOS DE DIREITOS NO ÂMBITO FAMILIAR
#61983	Não	5,2	RESPONSABILIDADE CIVIL NA PROTEÇÃO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
#61934	Sim	5	A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COM O DIÁLOGO DAS FONTES NO DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSUMERISTA COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS.
#61903	Não	5	AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE E O PARENTESCO SOCIOAFETIVO
#61558	Não	5,0	Da razão à solução alternativa dos conflitos
#61517	Não	4,9	Herança Digital
#62086	Não	4,9	VIOLAÇÃO DE CLÁUSULA EXISTENCIAL EM PACTO PRÉ-NUPCIAL: PARÂMETROS DE ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PARTES
#61543	Não	4,8	UM PAI CONSEGUE CUIDAR DE VÁRIOS FILHOS, MAS VÁRIOS FILHOS NÃO CONSEGUEM CUIDAR DE UM PAI. Refletindo sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo filho cuidador.
#62029	Não	4,7	"FELIZES PARA SEMPRE" OU "ATÉ QUE A MORTE NOS SEPREARE?": A RESPONSABILIDADE CIVIL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
#61521	Não	4,5	A Intangibilidade da Legítima à luz do (de)afeto
#61641	Não	4,4	A plenitude jurídica da união de casais homoafetivos
#61879	Não	4,3	ANÁLISE DA TEORIA DA IMPREVISÃO E ONEROSIDADE EXCESSIVA NOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS SOB A ÓTICA DO DIREITO COMPARADO
#61218	Não	4,3	O conceito de dano na atualidade
#61311	Não	4,2	A Dupla Perspectiva dos Contratos Incompletos
#61827	Não	4,1	O ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NAS ATIVIDADES DE RISCO

Mestrado - Direito da Cidade

Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#57861	Não	9,75	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DIREITO À CIDADE: o caso da Vila Kennedy
#61528	Não	9,2	A TUTELA JURÍDICA DA PAISAGEM URBANA DIANTE DO FENÔMENO DA TURISTIFICAÇÃO
#61933	Não	8,7	DIREITO À MEMÓRIA E DIREITO À CIDADE: OS DESAFIOS DE LEITURA DOS CASOS DE DERRUBADAS DE ESTÁTUAS E ALTERAÇÃO DE NOMES DE RUAS E PONTES
#61498	Não	8,7	O DIREITO DE VISTA À PAISAGEM COMO ELEMENTO INTEGRANTE DA PROPRIEDADE NOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO BAIRRO DO ALTO DA BOA VISTA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
#61773	Não*	8,7	Vulnerabilidade Habitacional e Miliúcia - Os aspectos da grilagem urbana como desafio da regularização imobiliária.
#61938	Não	8,5	A APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA INFRAESTRUTURA URBANA NA IMPOSIÇÃO DO DEVER DO MUNICÍPIO DE OFERECIMENTO DE ESTRUTURAS URBANAS SIMULTANEAMENTE AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NO CASO DA TITULARIZAÇÃO DA REURB-S DO JARDIM ANIL
#61469	Sim	8,5	A EXPANSÃO URBANA (DES)CONTROLADA NO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA PELA ASCENSÃO DOS CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS FECHADOS
#61347	Não	8,5	Regularização fundiária (in) suficiente: transformando-a em meio apto ao aproveitamento econômico das comunidades cariocas.
#61532	Não	8,4	Mandados de busca e apreensão coletiva: A negação do direito de pertencimento à Cidade analisada através do aprofundamento autortário dos contextos sociopolíticos.

#61576	Não	8,2	A aplicabilidade do Termo Territorial Coletivo (TTC) no Brasil
#61304	Não	8,2	Acesso ao saneamento básico nas áreas e cidades periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro à luz da Lei Federal nº 14.026/2020
#61518	Não	8,1	"ENDERÇO CERTO": UM ESTUDO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ EM CAMBURI.
#61432	Não	8,1	Direito à cidade e democracia digital: uma análise da participação popular na construção da agenda das políticas públicas nos governos locais a partir do aplicativo Colab e do método minipúblico
#61733	Não	8,1	DIREITO À MORADIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS PARA OS CONFLITOS ATUAIS
#58541	Não	8	DIÁLOGOS ENTRE O DIREITO À CIDADE E O DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
#57928	Não	8	POLÍTICA PÚBLICA DE FOMENTO NA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS: ANÁLISE DA EFICÁCIA DO SUBSÍDIO DA TARIFA NO ÂMBITO DO PROGRAMA MACAÉ CIDADÃO
#61338	Não	7,8	Parcelamentos ilícitos do solo para fins urbanos e mercado informal de habitação: análise crítica da utilização do instrumento da regularização fundiária no Distrito Federal
#61799	Não	7,8	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: ALICERCE AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GARANTIA AO MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL - Releitura Crítica à não aplicação da Teoria do Fato Consumado em Direito Ambiental
#61266	Não	7,7	A FINANCIERIZAÇÃO DE BENS COMUNS E A DOGMÁTICA DA PROPRIEDADE PRIVADA: uma análise do novo marco regulatório do saneamento básico e suas repercussões no espaço urbano à luz da teoria dos bens comuns.
#62098	Não	7,7	CONTRADIÇÕES NA APLICAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#61908	Não	7,7	Mobilidade urbana como agente do direito à cidade. Uma análise comparativa entre seu estágio de implantação nas cidades do Rio de Janeiro e Manaus.
#61381	Não	7,6	Aporofobia, invisibilidade e perguntas erradas – um ensaio sobre a deficiência das políticas públicas para indivíduos em situação de rua
#61805	Não	7,5	PRODUÇÃO E GESTÃO DO CAPITAL URBANO: REGULAMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO ECONÔMICA NAS URBES À LUZ DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE
#61254	Não	7,5	MUDANÇAS CLIMÁTICAS, URBANISMO SUSTENTÁVEL E CIDADES RESILIENTES: o que a Política Desenvolvimento Urbano Sustentável pode fazer para refrear e mitigar os efeitos nocivos das alterações climáticas na cidade?
#61958	Não	7,45(retificada após recurso)	A FUNÇÃO DA CIDADE DE COERÊNCIA AMBIENTAL DA NOVA CARTA DE ATENAS NO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO: A TUTELA DOS CATADORES DE RECIKLÁVEIS NO FECHAMENTO DO LIXÃO DE GRAMACHO À LUZ DA SUSTENTABILIDADE SOCIOECONOMICA
#57393	Sim	7,4	A ARTE URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO COMO CENÁRIO PUBLICITÁRIO: O DIREITO AUTENTAL DO GRAFITE
#61988	Não	7,25(retificada após recurso)	A problemática dos recursos recebidos pela outorga do saneamento pelas cidades: como evitar novo colapso econômico e social.
#61402	Não	7	POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO CATEGORIA JURÍDICA: A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O PROCESSO DE REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E PARA A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO – UM ESTUDO DE CASO SOBRE ANGRA DOS REIS - RJ
#61693	Não	7	Regulação da ocupação do solo urbano e direito à moradia adequada: um estudo das Áreas de Especial Interesse Social-AEIS do Município do Rio de Janeiro
#61682	Não	7	Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela, e a obrigatoriedade de adesão por parte dos municípios
#62023	Não	6,7	Aluguel Social - Benefício Assistencial Temporário como garantia ao Direito Fundamental à Moradia. Uma análise crítica da política pública desenvolvida no âmbito municipal
#61716	Não	6,7	ANÁLISE À LEI Nº 14.118/2021: INOVAÇÕES AO DIREITO À MORADIA E À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
#61610	Não	6,7	Modelagens de tarifa social de abastecimento de água e esgotamento sanitário e universalização do consumo à luz da Lei nº 14.026/2020
#61285	Não	6,5	"Cidade para todos - Volta Redonda e o papel da cidade como mecanismo de inclusão das pessoas com deficiência"
#61408	Não	6,5	A CONTRIBUIÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL
#61810	Não	6,2	20 (vinte) anos de Estatuto da Cidade: políticas públicas de habitação e a função social da cidade.
#61248	Não	6,2	Direito à Cidade: Perspectivas sociais e jurídicas pós período pandêmico. Contribuição da população para soluções eficazes.
#61632	Não	6,2	POLUIÇÃO NAS REGIÕES DE ALTO MAR: O PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM, A RESPONSABILIDADE JURÍDICA E A TIPICIDADE AMBIENTAL
#61309	Sim	6,2	Reforma Agrária: contextos e implicações normativas das históricas políticas de desigualdade do Brasil
#61255	Não	6	DIREITO À CIDADE PSÍQUICA: A SAÚDE MENTAL DA CIDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES
#61577	Não	6	DIREITO DE LAJE: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A (IN)APLICABILIDADE DO INSTITUTO COMO PROPULSOR DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA
#61939	Não	6	DIREITO DE PROPRIEDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES ATRAVÉS DA POSSE E FUNÇÃO SOCIAL ALIADA AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.
#61950	Não	6	Direito e Responsabilidade Socioambiental: Ações implementadas em defesa da proteção, inovação e desenvolvimento sustentável da cidade.
#61735	Não	6	Saneamento básico: uma avaliação sobre a atuação do setor público e privado no contexto do novo marco regulatório
#61659	Não	5,5	A REFORMA DA LEI DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA VIDA DAQUELES QUE POUCO OU NADA TÊM
#62010	Não	5,5	OS INCENTIVOS FISCAIS PARA INOVAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL NO PLANO DAS CIDADES INTELIGENTES
#61523	Não	5	A função social da propriedade no Direito Romano e suas contribuições teóricas para o instituto moderno
#61204	Não	4,2	Amicus Curiae na Desconstrução do Racismo e dos Conflitos urbanos
#61536	Não	4,2	ASPECTOS JURÍDICOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – ANÁLISE COMPARATIVA
#61364	Não	3,5	O papel do poder judiciário como propulsor de diversidade nas eleições
#58593	Não	3	A educação 5.0 na ressocialização do adolescente em conflito com a lei de São João de Meriti/RJ.
#61363	Não	3	CONCORRÊNCIA OU COOPERAÇÃO: AS MULTIFACES DA JUSTIÇA ELEITORAL

Mestrado - Direito do Trabalho e Previdenciário

Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61748	Não	8	A (in)convencionalidade da "Reforma Trabalhista" (Lei nº 13.467/2017) em matérias de Direito Coletivo do Trabalho
#61631	Não	7,9	O papel dos Tribunais na concretização da previdência social brasileira: uma investigação sobre como as decisões judiciais estão alterando o regramento previdenciário vigente.
#58595	Não	7,7	À margem da previdência social: uma análise sobre a inclusão de trabalhadores uberizados e intermitentes no sistema protetivo brasileiro.
#58401	Não	7,5	DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.
#61638	Não	7,5	ESTUDO DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E A BUSCA DE ALTERNATIVAS QUE PERMITAM SUA COMPATIBILIDADE COM OS DIREITOS SOCIAIS
#61881	Não	7,2	O Contrato do Atleta em Formação Desportiva
#61564	Não	7,1	O processo administrativo previdenciário eletrônico como principal meio de acesso ao direito fundamental à previdência: uma reflexão sobre sua efetividade.
#62026	Não	7	O RECONHECIMENTO DA DEPENDÊNCIA DO CONVIVENTE DE UNIÃO SIMULTÂNEA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS: ENTRE A PRIMAZIA DA REALIDADE E O DEVER DE MONOGAMIA
#61809	Não	5	COMPLIANCE ANTIDISCRIMINATÓRIO COMO FERRAMENTA A SER UTILIZADA PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
#58010	Não	5	"EMPREENDEDOR DA ECONOMIA 4.0": A CONTRIBUIÇÃO DO JUDICIÁRIO NA PRECARIIZAÇÃO DOS ENTREGADORES POR PLATAFORMAS
#61964	Não	5	A (IM)POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DURANTE A PERCEPÇÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE
#61465	Não	5	A DELIMITAÇÃO DOS SUBSTITUÍDOS NAS AÇÕES COLETIVAS PROPOSTAS PELOS SINDICATOS NA DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS DA CATEGORIA EM MEIO AO PROCESSO DE DESINDIVIDUALIZAÇÃO BRASILEIRO.
#61940	Não	5	A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO E O IMPACTO NO FUTURO DAS MULHERES DO BRASIL
#61812	Não	5	A DESREGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO POTENCIALIZADA PELA PANDEMIA DA COVID-19: A DISPENSA COLETIVA E O CASO DA CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO
#61376	Não	5	A discriminação baseada da situação familiar e a proteção do trabalhador.
#61580	Sim	5	A GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE E A SUSCITAÇÃO DA TÉCNICA DO DISTINGUISHING DIANTE DO ABUSO DE DIREITO PERANTE O ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
#61481	Não	5	A morosidade na concessão de benefícios previdenciários em âmbito administrativo e judicial e as consequências suportadas pelo contribuinte
#58253	Não	5	A negociação coletiva nos casos de insalubridade após a Reforma Trabalhista de 2017: uma análise com fundamento no princípio da vedação de retrocesso dos direitos sociais
#61738	Não	5	A OBRIGATORIEDADE DE INDICAÇÃO DA CID NO ATESTADO MÉDICO DE COVID-19 Conflito entre o princípio da inviolabilidade da intimidade do empregado e princípio da legalidade.
#62044	Sim	5	A PROTEÇÃO AO TRABALHO PRECARIZADO NA INDÚSTRIA 4.0 E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
#61967	Não	5	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NAS DOENÇAS PSICOSSOCIAIS DO TELETRABALHO EM HOME OFFICE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRINCIPAIS DOENÇAS COM AS DECISÕES DOS 3 MAIORES TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO (TRT 2, TRT15 e TRT1).
#62117	Não	5	A TRANSEXUALIDADE APLICADA AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: A INVERSÃO DO GÊNERO - DA INSERÇÃO A APOSENTADORIA NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO
#61792	Não	5	A UBERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO - Impactos nos direitos dos trabalhadores
#58493	Sim	5	A violação dos direitos constitucionais trabalhistas após a reforma trazida pela Lei nº 13.467 de 2017
#62069	Sim	5	APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO NOS APLICATIVOS DE INTERMEDIÇÃO DE TRABALHO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO AO NÃO-TRABALHO E DESCONEXÃO
#57815	Não	5	Aspectos da Aposentadoria Especial no Brasil em relação ao Direito Comparado
#57876	Não	5	ATUAÇÃO SINDICAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA SOB A ÓTICA DO ARTIGO 477-A DA CLT
#61539	Sim	5	Benefícios previdenciários por incapacidade sob o prisma dos direitos humanos fundamentais
#58287	Não	5	CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E IMPACTOS NO TELETRABALHO: O COMPLIANCE COMO FERRAMENTA PARA PROTEGER A PRIVACIDADE DO TRABALHADOR
#58262	Não	5	Compliance Trabalhista no setor de telecomunicações: conformidade de fato ou reforço da hegemonia do empregador?
#58051	Não	5	CONSCIÊNCIA DE CLASSE, TELETRABALHO E O SINDICALISMO NO BRASIL
#61516	Não	5	COVID-19 COMO ACIDENTE DE TRABALHO: ANÁLISE DO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA ACIDENTÁRIO EM RELAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
#61710	Não	5	Direito à desconexão no regime de teletrabalho - estudo comparativo entre o Brasil e algum dos países da UE
#61904	Não	5	DIREITO DO TRABALHO, PANDEMIA E OS DANOS FÍSICOS E PSICOSSOCIAIS AO TRABALHADOR EM HOME OFFICE
#61923	Não	5	DISCRIMINAÇÕES ALGORÍTMICAS NAS RELAÇÕES LABORAIS: Combate aos viesamentos arbitrários e maximização de direitos fundamentais

#61247	Não	5	DIVERSIDADE DE RAÇA NO DIREITO DO TRABALHO: um desafio a ser enfrentado à luz da responsabilidade social, das ações afirmativas e dos direitos humanos
#61290	Sim	5	EU QUERO TRABALHAR COM VOCÊ: PROTEÇÃO, EMPREGABILIDADE E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA EM RELAÇÃO AOS PORTADORES DA SÍNDROME DE DOWN.
#61458	Não	5	Flexibilização das Leis Trabalhistas no Brasil Como Forma de Adaptação as Crises Socioeconômicas
#61353	Sim	5	HOSTILIDADE AOS DIREITOS TRABALHISTAS: CHAGA DA ESCRAVIDÃO QUE IMPERA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
#61996	Não	5	IMPACTO DO TELETRABALHO EM DOMICÍLIO NO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE MENTAL DAS EMPREGADAS NO BRASIL
#61667	Não	5	Implantações do INSS Digital e do Teletrabalho no Instituto Nacional do Seguro Social: uma análise das novas formas de trabalho
#61665	Não	5	LEVANDO A HIPOSSUFICIÊNCIA A SÉRIO: POR UMA (NOVA) TUTELA CONSTITUCIONAL DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
#61360	Não	5	LIMBO PREVIDENCIÁRIO TRABALHISTA FRENTE A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
#61886	Não	5	Marginalização dos direitos trabalhistas no trabalho por aplicativo: Um retrato da desconformidade da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça com os princípios de Direito do Trabalho
#61994	Não	5	MATERNIDADE E PATERNIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A LICENÇA PARENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO
#61054	Não	5	MITIGAÇÃO DOS RISCOS TRABALHISTAS PELAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS
#58304	Não	5	Mulheres no setor offshore, o desafio da inclusão no século XXI
#61732	Não	5	O (IN)AFASTÁVEL ACESSO À JUSTIÇA NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: ESTUDO SOBRE A PROVA PERICIAL E O CRITÉRIO ECONÔMICO NA JUSTIÇA FEDERAL
#58053	Sim	5	O desemprego e o exército de reserva de trabalhadores na precarização das relações e direitos trabalhistas.
#61596	Não	5	O DIREITO ECOLÓGICO DO TRABALHO UMA ANÁLISE ECOSOCIALISTA DO TRABALHO EM MEIO À NOVA RECONFIGURAÇÃO PANDÊMICA
#57588	Não	5	O EFEITO ERGA OMNES DAS CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS APÓS A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017: DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA E O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
#61579	Não	5	O Futuro das Relações de Trabalho
#61864	Não	5	O mundo do trabalho pós covid-19: a redução da jornada de trabalho semanal como caminho para qualidade de vida dos trabalhadores.
#61662	Não	5	O Sistema Sindical Brasileiro a partir da Constitucionalização da Ampla Liberdade de Associação Trabalhista
#61334	Não	5	O surto de burnout na pandemia COVID 19: Uma abordagem sobre os impactos do teletrabalho nas trabalhadoras.
#62090	Não	5	Os impactos da Emenda Constitucional 103/2019 sobre o equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro e seus segurados.
#58403	Não	5	OS IMPACTOS DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO SETOR PÚBLICO PELO TRABALHO REMOTO NO CONTEXTO PÓS PANDEMIA.
#61700	Não	5	Para Além da Subordinação: O (Des)encaixe do Trabalhador Uberizado e a Tutela dos Direitos Sociais
#61650	Não	5	Reconhecimento de vínculo de emprego e a plataforma digital o caso Streamer x Twitch
#62062	Não	5	Renda básica universal como justiça distributiva
#61649	Sim	5	SÍNDROME DE BURNOUT: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS PROFESSORES DA UERJ NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19
#61625	Não	5	Teletrabalho e mais-valor: um estudo sobre o hiper-domínio do tempo de trabalho no âmbito do trabalho a distância
#61460	Não	5	Tutela coletiva de dados pessoais no âmbito das relações de trabalho e a representação de trabalhadores na empresa como sujeito da proteção.
#61902	Não	5	Uberização das relações de trabalho e a necessária adoção da Cultura da Saúde ao trabalhador de plataformas digitais.
#62016	Não	5	UMA ANÁLISE ACERCA DO PROTAGONISMO SINDICAL APÓS A REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467 DE 2017)
#57799	Não	5	VEDAÇÃO À MONETIZAÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA: GARANTIA DE SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA AO TRABALHADOR.
#61719	Não	5	VÍNCULO ENTRE ENTREGADORES E A SOCIEDADE IFOOD.COM RESTAURANTES ONLINE: RELAÇÃO DE EMPREGO OU RELAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO?
Mestrado - Direito Internacional			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61976	Não	9	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: ESTUDO SOBRE A COMPATIBILIDADE DO PROCEDIMENTO DE PRE-TRIAL DISCOVERY DO COMMON LAW COM O DIREITO BRASILEIRO
#62096	Não	8,8	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NA GOVERNANÇA GLOBAL DE MIGRAÇÕES: SOLUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO 4 DO PACTO GLOBAL PARA MIGRAÇÃO SEGURA, ORDENADA E REGULAR
#61394	Não	8,7	Desequilíbrio Contratual Superveniente: Uma análise comparativa de sua caracterização e de seus efeitos
#61932	Não	8,7	O USO DA CLÁUSULA ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION (ADR) NA PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ENERGIA RENOVÁVEL
#61278	Não	8,7	Execução de Sentenças Estrangeiras e a Convenção de Haia de 2019 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras em Matéria Civil e Comercial no Ordenamento Jurídico Brasileiro
#61616	Não	8,7	Novos Padrões de Instabilidade Político-Democrática na América Latina e as Respostas do Direito Internacional Perante as Destituições de Chefes de Estado na Região
#61941	Não	8,4	REVISITANDO A PROMESSA DE "NUNCA MAIS": Caminhos para a responsabilidade internacional em casos de atrocidades em massa cometidas contra minorias religiosas
#61890	Não	7,5	O BRASIL E O SEU ENTORNO REGIONAL: DESAFIOS AO PROJETO INTEGRACIONISTA BRASILEIRO
#61974	Não	7,4	O Exercício da Jurisdição Internacional pelo Supremo Tribunal Federal
#61325	Não	7,3	O DIREITO INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS ENVOLVENDO RECURSOS NATURAIS
#57663	Não	7,2	O PAPEL DAS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO DIREITO COSTUMEIRO INTERNACIONAL
#61359	Não	7,1	A Implementação do Litisconsórcio Passivo Inicial e Ulterior no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos como Forma de Garantir a Reparação Integral das Vítimas
#61373	Não	7	Arbitragem expedita: teoria e prática no contexto internacional
#62009	Não	6,9	A CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E O ENFOQUE DAS CAPACIDADES: UMA ANÁLISE DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO INTERNACIONAL
#61997	Não	6,8	MEMÓRIA COLETIVA, "SEGURANÇA TEMPORAL" E DIREITO INTERNACIONAL: O IMPACTO DO TRIBUNAL DOS CRIMES DE GUERRA DE TÓQUIO NO ENGAJAMENTO DO JAPÃO COM O DIREITO INTERNACIONAL
#61670	Não	6,4	Implicações do aperfeiçoamento da instrumentalização da teoria do Estado de Coisas Inconvencional pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na tutela de Direitos Humanos.
#61676	Não	6	A Possibilidade de Anti-Suit Injunctions no Direito Brasileiro: Uma construção doutrinária e jurisprudencial
#62024	Não	6	A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS NO DIREITO INTERNACIONAL
#57810	Não	6	As cláusulas de eleição de foro internacional
#61871	Não	6	E-COMMERCE, SERVIÇOS INTERNACIONAIS, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E OS CONSUMIDORES GLOBAIS FRENTE AOS PAÍSES NÃO DEMOCRÁTICOS
#61704	Não	6	POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO NO BRASIL DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL DECORRENTE DA MEDIAÇÃO REALIZADA NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO
#62049	Não	6	TRANSMISSÃO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM POR SUB-ROGAÇÃO
#61763	Não	5,9	Mar do Sul da China: Impactos dos conflitos geopolíticos na observância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
#61703	Não	5,5	INVISÍVEIS? A falta de responsabilização do Estado brasileiro perante os sistemas internacionais de direitos humanos no que se refere às pessoas em situação de rua e seus reflexos no país.
#61486	Não	5,5	Um movimento pendular otimizado via transporte público ferroviário com destino ao direito à cidade na região fronteiriça do Mercosul
#61479	Sim	5,3	A IMPORTÂNCIA DA AMPLIAÇÃO DA JURISDIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL COM O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES INTERNACIONAIS
#62102	Não	4,8	O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DIANTE DA TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS: EXISTE SOBERANIA DO GOVERNO TALIBÃ NO AFGANISTÃO?
#62060	Não	4,6	Fluxos Migratórios Contemporâneos na Europa: A adoção de medidas especiais e o Direito Internacional Idealizado
#61768	Sim	4,6	PROTEÇÃO DAS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL: A Necessidade de políticas públicas brasileiras de integração e inclusão
#61626	Não	4,4	Limites à cidadania? O caso de Guantánamo e os direitos humanitários na perspectiva global
#61386	Não	4,2	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: QUESTÃO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO
#61751	Não	4,1	MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA SOB A PERSPECTIVA DO CONFRONTO ÁRABE-ISRAELENSE
#61333	Não	4	A proteção de dados pessoais no Brasil ante o cenário internacional: um esforço de colaboração teórica no debate acerca da autonomia do direito à privacidade de dados pessoais no Brasil enquanto ator político internacional.
Mestrado - Direito Penal			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61921	Sim	ELIMINADO(PROJETO IDENTIFICADO)	Tráfico Privilegiado - Aspectos Controvertidos
#61395	Não	9,8	A CRISE DA CULPABILIDADE NA DOGMÁTICA JURÍDICO PENAL: Análise da ética da alteridade como referencial material para a culpabilidade
#61446	Não	9,1	"POR FAVOR ME DEIXE EM PAZ": IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DA LEI DE STALKING NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
#61261	Não	9,1	AS PALAVRAS SOBRE OS MORTOS: CADÁVERES ANTECIPADOS, DISCURSOS PERIGOSISTAS E O TRIBUNAL DO JÚRI NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
#61342	Não	9,1	Transniviadescendo a criminologia crítica: insurgências decoloniais na compreensão da LGBTQIA+fobia no Brasil
#61575	Não	9	AS MUDANÇAS NA TEORIA DO ERRO TRAZIDAS PELA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE
#61699	Não	8,9	A HETEROCOLOCAÇÃO EM PERIGO CONSENTIDA NOS DELITOS CULPOSOS DE PRÁTICA MÉDICA
#61393	Não	8,9	Abortamento clandestino: Um recorte laico, de classe e de raça da mortalidade gerada pelo sistema punitivo socioeconômico e racial brasileiro
#62058	Não	8,9	LOUCAS, INFRATORAS E INVISÍVEIS: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES INTERNADAS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO (HCTP) DE PERNAMBUCO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS PARA FUNDAMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO.
#61258	Não	8,9	Os crimes contra o Estado Democrático de Direito: uma experiência (ainda) antidemocrática?
#61594	Não	8,9	VIOLÊNCIA POLICIAL E MILITARIZAÇÃO NA PERIFERIA: O USO INCONSTITUCIONAL DOS MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO GÊNERICOS, SOB A PERSPECTIVA DA GUERRA ÀS DROGAS.

#57580	Não	8,8	"PERMITIR QUE OS TRAVESTIS CUMPRAM PENA EM PRESÍDIO FEMININO VIOLA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL": COMO OS DISCURSOS DO MEDO DIRECIONAM AS POLÍTICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBT ENCARCERADA
#61529	Não	8,7	A Debacle da Criminologia Crítica no Brasil
#58221	Não	8,7	A VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIME ORGANIZADO E A ATUAÇÃO DA MAGISTRATURA CARIOCA: AS VOZES OCULTAS QUE PREENCHEM O CONCEITO ABERTO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
#61929	Não	8,7	Abolicionismo Penal: Análise do punitivismo dentro do movimento LGBT e crítica à falta de interseccionalidade dos movimentos sociais.
#61722	Não	8,7	Da Pequena África à Apoteose: o samba, os terreiros e a malandragem na Criminologia brasileira
#57449	Não	8,7	MATERNIDADE ENCARCERADA E OS REFLEXOS DO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641/SP: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#57438	Sim	8,7	O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA.
#58530	Não	8,6	DA BARBÁRIE À GERÊNCIA DO CAOS: um olhar crítico sobre as medidas ressocializadoras laborais e a gestão mercadológica no Complexo Penitenciário São Luís
#61954	Não	8,6	A EFETIVIDADE DA MOBILIZAÇÃO DO ESTADO PARA PUNIR: UMA ANÁLISE DOS TIPOS PRESCRICIONAIS SOB O ESPECTRO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.
#61213	Não	8,6	LIBERDADE PARA QUEM? Análise da audiência de custódia e as funções da prisão
#58198	Não	8,6	Mães e prole atrás das grades: um estudo legal sobre a maternidade nos presídios do Estado do Rio de Janeiro
#61677	Não	8,6	MASSACRE DO COMPAJ/AM: ENTRE DISCURSOS GOVERNAMENTAIS E FALHA DAS EXPECTATIVAS
#61622	Não	8,6	MEDIDA DE SEGURANÇA E LEI ANTIMANICOMIAL: UM ESTUDO SOBRE A COMPLEXIDADE POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL QUE JUSTIFICA A HODIERNA APLICABILIDADE DE MEDIDA EM DETRIMENTO DA LEI
#61585	Sim	8,6	MÍDIA POLICIAL E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA: Estudo sobre o Caso Lázaro Barbosa e o episódio de linchamento em Campo Grande/MS
#58416	Não	8,6	UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSOS SOBRE A CHACINA DO JACAREZINHO: a comunidade, a mídia e a polícia
#58579	Não	8,5	A imputação subjetiva nas condutas em cegueira deliberada: um agir imprudente
#58146	Sim	8,5	Criminologia midiática e a necessidade de atualizar a regulação (sem censura) da mídia
#61696	Sim	8,5	Crise Sanitária e racismo estrutural: o impacto da pandemia de SARS-CoV-2 no sistema prisional brasileiro sob o pensamento fanoniano
#61321	Não	8,5	DUAS VEZES TRANSGRESSORAS: MULHERES TRANSGÊNERO E O PARADOXO DA VIOLAÇÃO DE SEUS DIREITOS NO CÁRCERE
#61483	Não	8,5	O instituto da coisa julgada diante das condenações do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos
#58419	Não	8,4	A criminologia entre a política e o Direito: o oculto no tratamento penal conferido aos líderes políticos no contexto da operação "Lava-Jato"
#58024	Não	8,4	A imputação subjetiva no crime de lavagem de capitais
#61243	Não	8,4	AS PRISÕES EM FLAGRANTE E A REINCIDÊNCIA NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS
#58356	Não	8,4	Crime de insider trading: aspectos típicos e reflexões dogmáticas sobre a criminalização
#57367	Sim	8,4	Deus no controle: a lavagem de dinheiro advinda da união entre igrejas e narcocilícias neopentecostais que dominam as favelas do Rio de Janeiro
#57538	Não	8,4	FRAUDE NO PAGAMENTO DE TRIBUTOS, DOLO DE APROPRIAÇÃO E CON-TUMÁCIA: OS REFLEXOS NO DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO E NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO DECORRENTES DO JULGAMENTO DO RHC Nº 163.334 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
#61502	Não	8,4	JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM OLHAR SOB O VIÉS DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA
#61312	Não	8,4	O crime de evasão de divisas na modalidade "bitcoin-cabo" – limites da analogia com a operação "dólar-cabo"
#61552	Não	8,4	O crime de pertencimento à organização criminosa: legitimidade e alcance da incriminação
#61868	Não	8,4	UMA ANÁLISE ACERCA DA REINCIDÊNCIA DO JOVEM INFRATOR NO RIO DE JANEIRO E DA POSSÍVEL (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
#61675	Não	8,3	As medidas de segurança e a punição da loucura - Análise das sentenças de processos com incidentes de insanidade mental no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
#61581	Não	8,3	GRUPOS REFLEXIVOS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA
#58532	Não	8,3	MULHERES INVISÍVEIS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS COMO MECANISMO PARA O SUPERENCARCERAMENTO FEMININO
#58533	Não	8,3	Segurança Pública face às novas políticas de videovigilância
#61246	Sim	8,2	A atuação da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em relação aos processos dos adolescentes primários autores de ato infracional análogo ao tráfico de drogas e à associação ao tráfico submetidos à Medida de Internação nos anos de 2016 a 2021.
#61410	Não	8,2	A compreensão do dolo enquanto atribuição linguística à luz da concepção significativa
#61268	Não	8,2	A CRIMINALIZAÇÃO DAS FAKE NEWS E SUA PROVA: ENFOQUE DO DIREITO PENAL COMO ULTIMA RATIO
#61366	Não	8,2	CLÁUSULAS ATÍPICAS COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM ACORDOS PENAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA: análise de pertinência de regulação para seu asseguramento e controle de riscos inerentes à seletividade arbitrária do sistema penal em países de nossa região
#61470	Não	8,2	Direitos Humanos, Criminologia Crítica e Sistema Penitenciário Brasileiro: O caso do Presídio Ary Franco, no Rio de Janeiro
#61367	Não	8,2	Ecos da criminologia positivista na legislação brasileira
#58433	Não*	8,2	SELETIVIDADE PENAL E RACISMO: QUANDO O CRIMINOSO PRECEDE O CRIME
#58002	Não	8,2	Stalking: Estudo empírico da incidência do crime e tratamento judicial junto ao Juizado Especial Criminal da Comarca de Niterói/RJ
#58123	Não	8,1	A tipicidade no crime de contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
#58003	Não	8,1	O injusto penal da corrupção passiva: uma análise sobre casos paradigmáticos do STF.
#61739	Não	8,1	O RECONHECIMENTO DO RACISMO COMO FUNDAMENTO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO E A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE SOLUÇÕES EFETIVAS
#61674	Não	8,1	Racismo em Retratos: os erros no reconhecimento fotográfico e a culpabilidade pela vulnerabilidade como um redutor de danos à seletividade penal
#62095	Não	8,1	Responsabilidade penal de pessoas jurídicas no Brasil: análise que se debruça sobre as pessoas jurídicas de direito público interno e empresas públicas
#61499	Não	8,1	Ruptura com o tratamento disciplinar: o Brasil do século XXI voltado ao mero confinamento
#61835	Não	8,1	SEM NOVAS LÁGRIMAS: grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher como forma de prevenção a reincidência da violência de gênero
#61533	Não	8,1	Violência Doméstica e o controle do território pelas milícias no município de Duque de Caxias
#61549	Não	8	A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM DETRIMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DO ADOLESCENTE NO BRASIL: DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVAMENTE SOCIOEDUCATIVO
#61951	Não	8	A CRIMINALIZAÇÃO DOS ILÍCITOS FISCAIS COMO FORMA DE TUTELA DA ORDEM ECONÔMICA. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E OS SISTEMAS JURÍDICOS ESTRANGEIROS
#62057	Não	8	A desconstrução do ciclo transgeracional da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir da aplicação das práticas restaurativas em uma proposta abolicionista
#58517	Não	8	A UTILIZAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO RIO DE JANEIRO COMO APORTE AO ESTUDO DA CRIMINOLOGIA CONTEMPORÂNEA FLUMINENSE: as novas ferramentas de Business Intelligence.
#61531	Não	8	COCULPABILIDADE COMO CRITÉRIO DE CORREÇÃO DA SELETIVIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO – REFLEXÕES SOBRE A APLICABILIDADE DO REFERIDO INSTITUTO E SUAS VERTENTES
#58425	Não	8	Como nasce o criminoso: uma análise discursiva da Justiça Criminal.
#61780	Não	8	Danos invisíveis: a valoração probatória e a (in)dispensabilidade do laudo pericial no crime de violência psicológica
#61772	Não	8	DIREITO PENAL, RACISMO E DECOLONIALIDADE: A DISCRIMINAÇÃO POR IMPACTO DESPROPORCIONAL DA LEI " ANTIDROGAS" SOBRE PESSOAS NEGRAS ENTRE 2019 E 2022 ENQUANTO TRAÇO DA COLONIALIDADE NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
#61467	Não	8	LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPADA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
#61838	Não	8	NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E A CRIAÇÃO DOS CRIMES DE VIOLAÇÕES DE PRERROGATIVAS
#61913	Não	8	O direito penal do autor e o racismo estrutural: possíveis relações com o aumento de prisões ilegais com base em reconhecimento fotográfico
#61474	Não	8	RECONHECIMENTO DO "TRÁFICO PRIVILEGIADO" EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
#61086	Não	8	Situando a Sexualidade Feminina no Coração da Fenda do Sistema Penal Brasileiro.
#61745	Não	7,9	A (IN)VISIBILIDADE DO ACUSADO NO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
#61371	Não	7,9	A disseminação linguística como mecanismo de manutenção da autoridade de correntes criminológicas
#61855	Não	7,9	A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O PROCESSO DE EXTERMÍNIO DE PESSOAS NEGRAS NO BRASIL SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL
#58367	Não	7,9	MINISTÉRIO PÚBLICO E VIOLÊNCIA POLICIAL: SOLUÇÃO OU PARADOXO
#61055	Não	7,9	Necropolítica e Seletividade Penal no Estado do Rio de Janeiro: uma análise desde as Ordenações Filipinas até a Lei de Drogas (Lei 11.343/06)
#61731	Não	7,9	QUANDO A MISÉRIA É POSTA NO BANCO DOS REUS A PRÓPRIA IDEIA DE JUSTIÇA É CITADA PARA SE JUSTIFICAR: Um estudo sobre as bases argumentativas dos debates orais travados no Tribunal do Júri.
#57585	Não	7,8	ANTECIPAÇÃO DA BARREIRA PENAL E SUA IRRADIAÇÃO NOS DELITOS DE PERIGO ABSTRATO: O MANTO DO GARANTISMO POSITIVO COMO FORMA DE PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS ESPIRITUALIZADOS.
#61915	Não*	7,8	A PERTINÊNCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ABORTO NO BRASIL A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA E JURÍDICA
#61219	Não	7,8	ABORTO: A SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE PÚBLICA E A NECESSÁRIA DESCRIMINALIZAÇÃO DIANTE DA INEFICIÊNCIA ESTATAL
#61852	Não	7,8	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A CONDENADOS: a opressão do controle social punitivo revestida de humanização
#58585	Não	7,8	ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO FACE À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA REFLEXÃO SOBRE ESFORÇOS DE ENCARCERAMENTO
#61922	Sim	7,8	GUERRA ÀS DROGAS: REGULAMENTAÇÃO COMO FORMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA
#57370	Não*	7,8	O AUMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NO BRASIL E A INOVAÇÃO DE UMA JUSTIÇA RESTAURATIVA. É POSSÍVEL RETIRAR A MULHER DO LUGAR DE VÍTIMA MINIMIZANDO AS CONSEQUÊNCIAS DOS TRAUMAS DEIXADOS POR UMA VIOLÊNCIA?
#61628	Não	7,8	O RECONHECIMENTO DE PESSOAS: EMBATES EPISTÊMICOS ENTRE A BUSCA PELA VERDADE E A CONDENAÇÃO DE INOCENTES
#61604	Não	7,8	Os desafios diante de uma pandemia atemporal: Um olhar criminológico crítico para os casos de violência doméstica e familiar contra mulheres deficientes.
#61869	Sim	7,8	PUNIR OS RICOS: A INVERSAO INSTRUMENTAL DO SISTEMA DE PUNIÇÃO COMO POLÍTICA PENAL DEMOCRÁTICA.

#61621	Não	7,7	A CONSTRUÇÃO DA MULHER CRIMINOSA: A INFLUÊNCIA DOS POPULISMOS CRIMINOLÓGICOS E DOS REALISMOS CONSERVADORES NOS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS NO RIO DE JANEIRO.
#61984	Não	7,7	A PROBLEMATICA DA SANÇÃO PENAL APLICADA À PESSOA JURÍDICA NO BRASIL
#61288	Não	7,7	INVISÍVEIS NO SISTEMA: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E DEMANDAS DAS MULHERES ENCARCERADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
#61697	Não	7,7	O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE E A BUSCA POR SUA INSERÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO
#61355	Não	7,6	As rebeliões na era do grande encarceramento: a institucionalização da necropolítica
#61949	Não	7,6	ESTADO MUDIÁTICO DE DIREITO – O ESPETÁCULO PENAL E SUAS IMPLICATURAS NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO ARMADEIRA
#61846	Não	7,6	OS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA: COMO O DIREITO PENAL ESCOLHE A QUEM SERÁ APLICADO? UMA INVESTIGAÇÃO CRÍTICA DA ATUAÇÃO SELETIVA DO SISTEMA PENAL.
#61970	Não	7,6	Uma breve análise do Sistema Prisional Brasileiro: Um sistema pautado na desigualdade e crueldade
#61961	Não	7,5	A CULPABILIDADE E A NEUROCIÊNCIA NOS TRIBUNAIS E NOS EXAMES DE INSANIDADE
#61924	Não	7,5	A HOSTILIDADE DA INSTÂNCIA INVESTIGATIVA: COMO AS DELEGACIAS CARIOCAS PERPETUAM ESTRUTURAS DE PODER INEFICIENTES PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CRIMINAIS
#61898	Não	7,5	A SUPRESSÃO DO DIREITO DE VOTO DO PRESO: A (IN)CONSTITUCIONAL HEGEMONIA DE UM PROJETO POLÍTICO DE PODER
#61534	Não	7,5	Aplicação do Acordo de Não Persecução Penal a mulheres encarceradas por tráfico Privilegiado de Drogas
#62059	Não	7,5	COMPLIANCE E AUTORREGULAÇÃO: DIREITO E/OU MORAL SOB A PERSPECTIVA LUHMANNIANA
#58638	Não	7,5	Garantia dos Direitos da População Carcerária feminina: Estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Medellín
#62077	Não	7,4	EXCLUSÃO E DESIGUALDADE SOCIAL COMO FATORES DE SELETIVIDADE DO PODER PUNITIVO NO BRASIL
#61767	Não	7,3	A INÉRCIA DO ESTADO NA PREVENÇÃO PRIMÁRIA E A CONSTANTE ATUAÇÃO DO DIREITO PENAL EMERENCIAL SELETIVO
#61847	Não	7,3	ALIENAÇÃO PARENTAL COMO CONSEQUÊNCIA DA ACUSAÇÃO FALSA DE CRIME
#57477	Sim	7,3	DA AUSÊNCIA DE NEGROS NO PODER JUDICIÁRIO AO ENCARCERAMENTO EM MASSA DA POPULAÇÃO NEGRA: Uma análise da aplicação do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 pelos juizes das Varas Criminais da Comarca da Capital entre 2018 e 2020.
#61264	Não	7,3	OS IMPACTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO ALINHADA A UMA TENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA SOCIAL E INTERNACIONAL
#61917	Não	7,2	Criminal Compliance Eleitoral: prevenção à corrupção e dever de autocontenção no ambiente partidário
#61206	Não	7,1	Atividade de Inteligência da Polícia Militar Subsidiando o Inquérito Policial
#57442	Sim	7,1	Violência Doméstica e Familiar à Luz da lei 11.340/2006.
#57350	Sim	7	A LIMITAÇÃO DO PODER PUNITIVO EM UM ESTADO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO
#57468	Não	7	A criminalização seletiva e o uso indevido do devido processo legal: adequação típica ou estado penal inconstitucional?
#61602	Não	7	EXPLORAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS E COMPORTAMENTAIS PARA APOIO DE RESOLUÇÕES JURÍDICAS NO CONTROLE SOCIAL E REABILITAÇÃO CRIMINAL
#61843	Não	6,9	A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO PARADIGMA APLICÁVEL NO ÂMBITO DO ATO INFRACIONAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
#57304	Não	6,7	A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL
#58034	Não	6,7	ESTUDOS DIRIGIDOS: CORRELAÇÃO ENTRE REINCIDÊNCIA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA VOLTADAS PARA APENADOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL
#61357	Não	6,6	"Oficé-se": A Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro e a garantia do direito à saúde no sistema prisional
#58195	Não	6,6	A "JUSTIÇA" NEGOCIADA NO SISTEMA CRIMINAL BRASILEIRO: PROPOSIÇÕES DE MODELOS QUE DIMINUAM A DESIGUALDADE DO SISTEMA CRIMINAL
#61797	Não	6,6	A Aplicação da ferramenta de Compliance no Direito Penal Empresarial
#61293	Não	6,6	O INSTITUTO DA REABILITAÇÃO CRIMINAL AUTOMÁTICA, COMO VERDADEIRA E EFETIVA POLÍTICA DE REINserÇÃO SOCIAL
#61339	Sim	6,6	Perspectiva da Colaboração Premiada no Cenário Brasileiro II
#61495	Não	6,2	A SUPERAÇÃO DO AUTORITARISMO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UM OLHAR PARA A ÚLTIMA DÉCADA E MEDIDAS A CURTO E MÉDIO PRAZO
#61283	Não	6	A LIMITAÇÃO FUNCIONAL E TÉCNICA DA ABORDAGEM DO CONCIUDADOR EM SEDE DE AUDIÊNCIA, NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
#61262	Não	5,8	Capacitação como processo de ressocialização do apenado
#62097	Não	5,8	CRIME INFORMÁTICO: tutela jurídica do estupro virtual contra a mulher frente aos avanços tecnológicos
#61074	Não	5,4	Crimes contra a mulher: Femicídio
#61919	Não	5,3	ESTUDO CRIMINOLÓGICO ACERCA DA ANTIPATIA DO SENTENCIADO EM RESSOCIALIZAR.
#61229	Não	5,3	PSICOGRAFIA E A GRAFOTECNOLOGIA
#61485	Sim	4,8	"CPF CANCELADO", REFLEXO DO POPULISMO PENAL EM DETRIMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM OBSTÁCULO À POLÍTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO
Mestrado - Direito Processual			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61286	Não	9	"Reclamação: origem e desenvolvimento do instituto e sua importância para a integridade do sistema de precedentes"
#61425	Não	9	DIREITO PROCESSUAL ARBITRAL INTERNACIONAL: A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO ÂMBITO ASSOCIATIVO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE DESPORTOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA
#61226	Não	8,7	Recursos Repetitivos, juízo de retratação e segurança jurídica: uma proposta de procedimentalização do art. 1.040, II, do Código de Processo Civil
#61695	Não	8,5	A coisa julgada em litígios estruturais frente ao princípio da segurança jurídica e a busca pela efetividade das decisões judiciais
#61972	Não	8,5	OS LIMITES E POSSIBILIDADES DAS MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE EFICIÊNCIA E GARANTIAS
#61734	Não	8	A vedação do "venire contra factum proprium" aplicada ao órgão julgador: contradição externa à luz da tutela da confiança do jurisdicionado
#61685	Não	8	APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AO PROCESSO CIVIL COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA
#58455	Não	8	MEDIAÇÃO SEGUIDA DE LITÍGIO JUDICIAL: EXAME DO SEGREDO DE JUSTIÇA NOS CONFLITOS EMPRESARIAIS
#61875	Não	7,9	Eficácia e efeito da sentença constitucional e processo constitucional objetivo: entre estabilidade processual, segurança jurídica e continuidade
#61583	Não	7,8	A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS DELITOS MOTIVADOS POR GÊNERO
#61565	Não	7,8	MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DECORRENTES DE DIFERENÇAS DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES
#61511	Não	7,6	A reinterpretção do interesse de agir e o direito de acesso à justiça
#58105	Não	7,6	AS AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E O IMPACTO DO JULGAMENTO DO TEMA 1075 DO STF
#61905	Não	7,6	Mecanismos processuais de proteção à cognição judicial imparcial e os efeitos dos vieses cognitivos nas decisões judiciais
#61766	Não	7,5	Análise Econômica e Processual do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
#58371	Não	7,4	Novos Paradigmas da Arbitragem Coletiva no Brasil
#61664	Não	7,4	O Design de Sistema de Disputas Extrajudicial na Administração Pública como mecanismo de alcance dos princípios da eficácia, eficiência e da adequação processual.
#61515	Não	7	(IN)VIABILIDADE DA EXECUÇÃO EM JUÍZO ARBITRAL DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL COM CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça à luz do movimento para desjudicialização do processo civil
#61726	Não	7	AÇÕES PROBATÓRIAS E ARBITRAGEM
#61251	Não	7	DISPUTE SYSTEM DESIGN APLICADO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE EXECUÇÃO CIVIL EXTRAJUDICIAL (PL 6.204/2019)
#58063	Não	7	O EFEITO VINCULANTE DAS TESES JURÍDICAS PARA QUEM NÃO PARTICIPOU DE SUA FORMAÇÃO: GARANTISMO E EFICIÊNCIA EM CONFLITO NO CPC/2015
#57925	Não	7	Precedentes vinculantes e supervenientes: desenvolvimento, formação, aplicação e impactos no sistema jurídico brasileiro
#61603	Não	6,4	A Observância dos Precedentes Qualificados na Arbitragem de Direito: hipótese de declaração de nulidade das sentenças arbitrais
#61335	Não	6,4	Inteligência Artificial e Processo Judicial: um estudo de caso do projeto Victor do Supremo Tribunal Federal
#61953	Não	6,2	Possibilidade de extensão da coisa julgada a terceiros em litígios multitudinários no mercado de capitais
#57470	Sim	6,2	REVISÃO DOS PRECEDENTES: A Hermenêutica aplicada nas decisões de afetação e de revisão da tese jurídica nos Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça
#61331	Não	6,1	O ACESSO DAS PARTES À SUPERAÇÃO DE TESES FIRMADAS EM JULGAMENTOS DE CASOS REPETITIVOS
#61918	Não	6	A prova para a tutela de urgência nos litígios climáticos: ciência, cognição sumária e decisão na tutela jurisdicional coletiva
#61295	Não	6	Os impactos do Código de Processo Civil de 2015 na eficácia vinculante dos precedentes constitucionais
#62063	Não	5,9	A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO PROVISÓRIA
#61683	Não	5,9	CONVENÇÕES PROCESSUAIS NOS PROCESSOS COM A FAZENDA PÚBLICA: POSSIBILIDADES, LIMITES E NOVOS HORIZONTES
#61222	Não	5,9	O novo CPC e o sistema de precedentes obrigatórios: a dinâmica dos recursos repetitivos e incidente de resolução de demanda repetitiva
#61468	Sim	5,8	A legitimidade do Ministério Público na proteção judicial de políticas públicas de saúde em tempos de pandemia e seus possíveis reflexos no pós Covid-19
#61818	Não	5,8	A produção antecipada de provas como instrumento de pacificação de conflitos no CPC/2015: uma análise teórica e prática da aplicação do instituto
#61822	Não	5,8	As relações contemporâneas entre direito processual e direito material, com o advento do CPC/15: perspectivas para uma nova fase metodológica de materialização do direito processual.
#58062	Não	5,8	CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA, DISTORÇÕES E IMPACTOS JURISPRUDENCIAIS DO INSTITUTO DA AÇÃO POPULAR
#58507	Não	5,8	PODER REGULAMENTAR E O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: Análise dos limites do poder regulamentar do CNJ frente ao federalismo brasileiro

#61895	Não	5,8	Produção, admissão e valoração da prova digital no processo penal
#61337	Não	5,8	SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES E SEGURANÇA JURÍDICA: EM BUSCA DE UMA TRANSIÇÃO SEM RUPTURAS
#61724	Não	5,7	A perseguição penal nos crimes contra criança e adolescente: dilemas, desafios e tensões entre a proteção eficiente da infância e o respeito aos direitos individuais do acusado
#61378	Não	5,7	Adjudicação dos conflitos no contrato de construção
#61821	Não	5,7	Duty to mitigate the loss: a teoria da mitigação aplicada às astreintes
#58215	Não	5,6	A APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES
#61351	Não	5,6	A PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA COMO INSTRUMENTO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
#62050	Não	5,6	A TEORIA DOS PRECEDENTES NO PROCESSO PENAL E A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NAS MEDIDAS CAUTELARES APÓS O ADVENTO DO PACOTE ANTICRIME (Lei 13.964/19)
#61545	Não	5,6	CO-EXECUTADOS. UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIZAÇÃO DE TERCEIROS NA EXECUÇÃO FISCAL E A NECESSIDADE DE UM INCIDENTE PRÓPRIO
#58161	Não	5,6	O IMPACTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO PROCESSO ELETRÔNICO
#61553	Não	5,6	O IMPLÍCITO DEVER DE FOMENTO ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS: uma análise sobre a necessidade de instituição de políticas públicas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para incitar o cumprimento desse dever
#61506	Não	5,6	COEXISTÊNCIA DO PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL E DEMANDAS INDIVIDUAIS: análise dos descompassos decisórios entre os juízos
#61851	Não	5,5	A prática do showup nas prisões de negros no Brasil
#61774	Não	5,5	Crítérios para a adoção de eficácia temporal na revogação de precedentes judiciais: efeito prospectivo (ex nunc) como concretização dos princípios da previsibilidade e da segurança jurídica
#61623	Não	5,5	O IMPACTO DA VIRADA TECNOLÓGICA: A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES JURISDICIONAIS E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
#62018	Não	5,4	A (IN)COMPATIBILIDADE DA ARBITRAGEM COM O RÉGIME DE TRATAMENTO CONFERIDO ÀS DECISÕES CONFLITANTES PELO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
#61819	Não	5,4	A APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES AO PROCESSO ARBITRAL
#57836	Não	5,4	A CONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE TESES JURÍDICAS NO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES VINCULANTES: UM OLHAR SOBRE A CLÁUSULA PÉTREA DA SEPARAÇÃO DE PODERES
#61866	Não	5,4	A DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA NO CASO "DIÁRIO DE UMA ADVOGADA ESTRESSADA"
#62109	Não	5,4	A DESJUDICIALIZAÇÃO DOS ATOS EXECUTÓRIOS COMO MEIO DE EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS:
#61113	Não	5,4	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DECISÕES JUDICIAIS um estudo de caso
#61508	Não	5,4	Arbitragem e Direito Tributário: Um Estudo Sobre a Viabilidade do Juízo Arbitral como Solução Alternativa de Conflitos em Matéria Tributária
#61475	Não	5,4	ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA: Poderes, limites e sua relação com o Poder Judiciário
#61937	Não	5,4	Cadeia de Custódia do Exame de DNA e Alterações Promovidas pelo Pacote anticrime. Decisões Judiciais e Discovery Devices
#57699	Não	5,4	CONSTRUINDO TESES JURÍDICAS VINCULANTES: o passo a passo da produção do precedente no tribunal
#61411	Não	5,4	CONTROLE JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE E DOS LIMITES DA IMPUGNAÇÃO AO MÉRITO DA DECISÃO.
#57927	Não	5,4	Da utilização das câmaras de autocomposição de conflitos pela Administração Pública para solução consensual e extrajudicial de demandas
#61344	Não	5,4	DISTINÇÃO ENTRE QUESTÃO DE FATO E DE DIREITO QUANTO A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E VALORAÇÃO PROBATÓRIA NA APLICAÇÃO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
#62037	Não	5,4	O PROCESSO ESTRUTURAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DIANTE DA OMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO
#62082	Sim	5,4	O Processo Penal e o Princípio da Falseabilidade de Karl Popper: O Sentido Metodológico da Indisponibilidade da Defesa Técnica no Processo Penal
#58513	Não	5,4	OS OBÍCEES PARA A SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES FIRMADOS PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
#61471	Não	5,4	OS PROCESSOS ESTRUTURAIS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA
#61397	Não	5,4	PROCESSO ESTRUTURAL: INSTRUMENTO ADEQUADO PARA EFETIVAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL
#61284	Não	5,3	ANÁLISE DAS PROVAS DIGITAIS NA PERSECUÇÃO CRIMINAL
#61787	Não	5,3	Blockchain, anonimato, corretoras descentralizadas e a eficácia do processo civil
#61813	Não	5,3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADMISSIBILIDADE PROBATÓRIA DAS CONVERSAS MANTIDAS EM MEIO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL
#58110	Não	5,3	O DIREITO SISTÊMICO E O ACESSO À JUSTIÇA: a constelação sistêmica como método pacificador de conflitos em disputas judiciais
#58591	Não	5,2	A DIMENSÃO DIALÓGICA DO PROCESSO DO TRABALHO: ACORDOS PROCESSUAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
#61561	Não	5,2	A PROTEÇÃO (DEFICIENTE) DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA OMISSÃO LEGISLATIVA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.
#61814	Não	5,2	Arbitragem em conflitos patrimoniais de direito de família e sucessões: uma proposta de regulamentação à luz do direito estrangeiro
#61503	Não	5,2	ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI ANTICRIME E OS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
#61392	Não	5,2	MOROSIDADE, ANÁLISE CONSEQUENCIAL E LITIGIOSIDADE COMO FATORES DE EROSIÃO DA UNIFORMIDADE JURISPRUDENCIAL À LUZ DO ART. 926 DO CPC.
#61912	Não	5,2	O Rápido e o Devagar no Processo Civil - Aplicação da Análise Econômica do Direito na Aferição do Periculum in Mora em sede de Pedidos Antecipatórios em Lides Patentárias
#61837	Não	5,2	Stare decisis no civil law brasileiro: o precedente obrigatório como patologia
#61298	Não	5,2	Verdade e resignificação epistêmica no processo penal brasileiro
#61702	Não	5,1	Justiça Restaurativa no contexto de desastres ambientais: Abordagens possíveis a partir de estudo de caso em Brumadinho - MG
#62054	Não	5,1	REPENSANDO O PROCESSO SOCIETÁRIO: uma análise das técnicas adequadas de multipolarização processual
#62042	Não	5	A APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS ESPECIAIS OBRIGATORIAS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA À ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA
#61832	Não	5	A aplicação e os limites da utilização da inteligência artificial no aprimoramento do Poder Judiciário
#61513	Não	5	A decisão de admissão do recurso especial criminal: parâmetros para sua racionalização.
#61439	Não	5	A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ABUSIVOS NO DIREITO BRASILEIRO À LUZ DOS TRIBUNAIS
#61560	Não	5	AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL: REQUISITOS E LIMITES AO EXERCÍCIO DO PODER JUDICIÁRIO.
#61943	Não	5	As provas em vídeo e o modo pelo qual são materializadas nos processos: uma análise em torno do Olho Vivo e do impacto gerado pelas imagens obtidas através desse sistema nas sentenças de primeiro grau proferidas na Comarca de Juiz de Fora.
#61400	Não	5	Contraditório efetivo antes do recebimento da inicial acusatória como garantia da legitimidade da ação penal e a necessária superação da cultura autoritária do processo
#57900	Não	5	DEVIDO PROCESSO LEGAL EXTRAJUDICIAL
#61275	Não	5	ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA DE CARÁTER ANTECEDENTE: REFLEXÕES ACERCA DA SEGURANÇA JURÍDICA DO INSTITUTO
#61948	Não	5	EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO
#58408	Não	5	Maxiprocessos Criminais no judiciário brasileiro, Constituição Federal de 1988 e Garantismo Penal: uma análise entre as decisões interlocutórias e as sentenças condenatórias no processo penal
#57591	Sim	5	O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E OS ATOS VINCLADOS - O cumprimento da lei deve ser onerado?
#62108	Não	5	O processo de desenhar: um estudo sobre adequação de instrumentos e vantagens procedimentais no Direito Processual
#61777	Não	5	OS ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA NEGOCIAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO
#61643	Não	5	Preservação da vida, integridade física e a captação imediata do fluxo das comunicações telefônicas e telemáticas. Ponderação de bens jurídicos
#62034	Sim	5	PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO E INVESTIGAÇÃO PENAL SOB A ÉGIDE CONSTITUCIONAL
#57870	Não	5	Resolução alternativa de conflitos coletivos complexos: programa de reparação como um procedimento eficaz, adequado e capaz de tutelar os direitos fundamentais
#61820	Não	5	REVOGAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA E (IR)REPETIBILIDADE DE VERBAS ALIMENTARES: Origens, Limites e Influências Extraprocessuais
#61863	Não	5	TRIBUNAL DO JÚRI: GARANTIA FUNDAMENTAL DO IMPUTADO
#61332	Não	5	Valor e análises probatórias de depoimentos de crianças e adolescentes em casos de alienação parental no contexto do depoimento especial
#60675	Não	5	ALGOCRACIA É PROCESSO: A LEGITIMIDADE DO DIREITO PROCESSUAL NA ERA DAS DECISÕES POR ALGORITMO
#61721	Não	4,8	A (IR) REFUTABILIDADE DA PROVA PERICIAL CONSISTENTE EM DNA NO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO GENÉTICO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO
#62000	Não	4,8	A atuação das serventias extrajudiciais na desjudicialização: análise dos procedimentos existentes e a possibilidade jurídica de novos procedimentos
#61457	Não	4,8	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL: INFLUXOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS INSTITUTOS CLÁSSICOS DA PROCESSUALÍSTICA BRASILEIRA
#61442	Não	4,8	A CULTURA DA SENTENÇA COMO BARREIRA À UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO JUDICIAIS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS NOS CASOS CÍVEIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO E DE SERGIPE
#61808	Não	4,8	A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS PARA A COMPLETUDE DO MATERIAL PROBATÓRIO EM BUSCA DA TÃO ALMEJADA EFETIVIDADE DO PROCESSO
#61617	Não	4,8	A IMPARCIALIDADE JUDICIAL À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA
#61608	Não	4,8	A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PROCESSUAL PARA PROPORCIONAR ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PERÍODO PANDEMICO
#61500	Não	4,8	Limitar sem limitar: como adotar critérios de verificação e controle de decisões estruturantes ante a necessidade de flexibilização da congruência objetiva e da estabilização objetiva em sede de demandas estruturais
#61431	Não	4,8	O direito à privacidade do consumidor: A efetiva garantia de escolha contra ações de monitoramento no espaço virtual estudada a partir de uma demanda judicial ajuizada com tecnologia de realidade virtual e aumentada.
#61472	Não	4,8	O PODER DE REQUISICION DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA FINS DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL E A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA
#61636	Não	4,6	CONTROLE EPISTÊMICO E ADMISSIBILIDADE DO DEPOIMENTO DOS AGENTES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA COMO PROVA TESTEMUNHAL
#61894	Sim	4,6	O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA COMARCA DO RIO DE JANEIRO – CAPITAL

#61223	Não	4,6	PROCEDIMENTO ESPECIAL DE INVENTÁRIO E PARTILHA CAUSA MORTIS COMO INSTRUMENTO EFICIENTE NA REALIZAÇÃO DO DIREITO MATERIAL
#61330	Não	4,5	A admissibilidade da celebração dos negócios processuais atípicos no processo do trabalho e sua aplicabilidade como ferramenta na composição de litígios.
#58617	Não	4,5	A inversão do ônus da prova nas ações de improbidade administrativa.
#61416	Não	4,4	O reconhecimento fotográfico como única prova processual frente a violação dos direitos fundamentais do acusado.
#61456	Não	4,2	A importância da aplicação da litigância de má-fé em ações temerárias ajuizadas perante os juizados especiais cíveis
#61786	Não	4,2	A NECESSIDADE DA APLICAÇÃO DAS LEIS DE MEDIAÇÃO E DE ARBITRAGEM PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA CÉLERE
#62075	Não	4,2	DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO: A BUSCA PELA EFETIVIDADE DO MODELO EXECUTIVO BRASILEIRO E O PROJETO DE LEI Nº 6.204/2019.
#61382	Não	4,2	Direito Processual Civil - Método Alternativo de Solução de Conflito: Mediação e sua aplicabilidade
#62004	Sim	4,2	Negócio Jurídico Processual - Clausula Geral de Atipicidade e Seus Limites
#61969	Não	4	A EVOLUÇÃO PARTICIPATIVA DOS INTEGRANTES DA DEMANDA NA BUSCA PELA FORMAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL
#61336	Não	4	A LEI Nº 14.195/21, AS CITAÇÕES ELETRÔNICAS: Uma Forma de Celeridade Processual
#58219	Não	4	Decisões judiciais brasileiras em processos coletivos no cenário da pandemia pelo COVID-19: desafios impostos pela urgência na efetividade da prestação jurisdicional e a contribuição da Análise Econômica do Direito (AED)
#61757	Não	4	Mandos e desmandos do poder judiciário o caso da ordem preferencial de julgamento dos processos
#61642	Não	4	O MÉTODO AUTOCOMPOSITIVO COMO FORMA DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NO ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
#57315	Sim	4	O PROCESSO DA ADOÇÃO INTUITU PERSONAE, NA PERSPECTIVA DE UMA POSSÍVEL DESJUDICIALIZAÇÃO COMO MEIO EFICAZ DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAMUROS.
#58143	Não	4	Os reflexos negativos da tutela provisória no âmbito sócio-jurisdicional
#61660	Não	4	TECNOLOGIA E O PROCESSO CIVIL
#61568	Não	3,8	CITAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POR MEIOS ELETRÔNICOS E MÍDIAS SOCIAIS: LEI 14.195/2021 E O LEGAL DESIGN
#61834	Não	3,8	Recurso de Reclamação: Estudo e proposições acerca da tipificação recursal da reclamação constitucional como instrumento de controle de precedentes judiciais vinculantes
#61790	Não	3,2	O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE ANTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: O SISTEMA REGULATÓRIO
Mestrado - Direito Público			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#62072	Não	8,8	A garantia constitucional à participação popular como limite para a discricionariedade do Presidente da República na organização de conselhos gestores de políticas públicas
#61644	Não	8,8	Análise sistêmica e comparativa das licitações de inovação no Brasil
#58637	Não	8,8	COTAS DE GÊNERO, IGUALDADE E SISTEMA ELEITORAL: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA
#61779	Não	8,7	REGULAÇÃO, RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO E A CRISE DAS VINTE E SEIS PALAVRAS QUE FUNDARAM A INTERNET
#61318	Não	8,5	Direito constitucional à convivência familiar: quais os instrumentos mais eficazes para assegurá-lo no ordenamento jurídico brasileiro
#61872	Não	8,3	“O FENÔMENO RELIGIOSO EM QUESTÃO: AS MINORIAS RELIGIOSAS E OS DESAFIOS NO EQUACIONAMENTO DO MODELO DE LAICIDADE ESTATAL BRASILEIRO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988”
#61437	Não	8,3	Agentes políticos na internet: degradação da democracia por espaços virtuais e possibilidades de autodefesa democrática
#61645	Não	8,2	A influência do tempo para o poder normativo das agências reguladoras brasileiras
#61947	Não	8,2	REGULAÇÃO E DISRUPÇÃO: os desafios regulatórios trazidos pela tecnologia blockchain
#58191	Não	7,8	(Vedação ao) abuso do poder regulatório: pressupostos de aplicação, mecanismos de combate e formas de controle, à luz do art. 4º da Lei de Liberdade Econômica
#61343	Não	7,8	Federação, saneamento básico e regulação referencial: parâmetros para a concordância prática das competências federativas enredadas na regulação dos serviços públicos de saneamento básico
#61789	Não	7,8	PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO: MIGRAÇÃO DE REGIMES E A NOVA ASSIMETRIA REGULATÓRIA NO SETOR PORTUÁRIO
#61537	Não	7,7	Como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral se posicionam diante de condutas de propagação de desinformação contra a corte constitucional e o processo eleitoral nas redes sociais?
#61900	Não	7,7	CONFLITOS ENTRE REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA: a necessidade de coerência sistêmica no controle de condutas em mercados regulados
#61496	Não	7,7	O Supremo Tribunal Federal e a modulação de efeitos: entre teoria e práxis
#62045	Não	7,6	CONSTITUCIONALISMO CIDADÃO E GOVERNO ABERTO NO BRASIL: A DEMOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL POPULAR ATRAVÉS DO CROWDLAW.
#62002	Não	7,5	Contratação pública de inovação: procedimentos e desafios
#61480	Não*	7,5	DIREITO E RELAÇÕES RACIAIS: CONSTITUCIONALISMO E ATLÂNTICO NEGRO NO DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO
#58152	Não	7,4	Entre Controle e Regulação: quais os parâmetros do controle externo exercido pelo TCU sobre as Agências Reguladoras Independentes?
#57671	Não	7,3	Disputas de narrativas de gênero no Brasil: o conjunto sistêmico de jurisprudência do SIDH e das ações constitucionais.
#58510	Não	7,3	INTERNET E ELEIÇÕES NO BRASIL CONFLITOS ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO
#57763	Não	7,3	O CONTRADITÓRIO NO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE
#58096	Não	7,3	O diálogo competitivo como instrumento de políticas públicas de infraestrutura: fundamentos, possibilidades e limites
#61478	Não	6,8	A responsabilidade pessoal do advogado público pela atuação consultiva não dolosa
#61648	Não	6,8	A superação do modelo de ilhas de poder como forma de ultrapassar os entraves à implementação de uma política de leniência.
#61419	Não	6,8	Análise do instituto do Investimento Cruzado como indutor de investimentos para infraestrutura nacional
#61936	Não	6,8	AS LUTAS E CONQUISTAS DE PESSOAS TRANS PELO DIREITO AO RESPEITO DE SEU NOME E GÊNERO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (2009-2020)
#62001	Não	6,8	CRISE DA DEMOCRACIA E VETO LEGISLATIVO: APLICAÇÃO E NORMATIVIDADE DO DECRETO LEGISLATIVO QUE SUSTA ATOS DO EXECUTIVO
#61694	Não	6,8	Liberdade de expressão dos militares estaduais à luz da Constituição de 1988: um estudo sobre a Teoria das relações especiais de sujeição e os direitos fundamentais.
#61698	Não	6,8	Licença Paternidade e sua influência na construção da paridade participar ativa no mercado de trabalho
#61989	Não	6,8	O HIPERPRESIDENCIALISMO BRASILEIRO E SEU REFLEXO NO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS
#61718	Não	6,8	OS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS RELATIVOS AO DIREITO À SAÚDE E A APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N 100 DO CNJ NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO
#61520	Não	6,8	Programa de integridade nos órgãos públicos federais: Uma ferramenta de controle interno no combate à corrupção
#61968	Não	6,8	TUTELA DA CONFIANÇA E O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
#61991	Não	6,8	Viés e comportamento nos impulsos do Estado: os “nudges” dispersos no vácuo moral
#62005	Não	6,7	Os desafios à legitimidade do Estado. A construção de um Direito Administrativo Participativo como caminho face à (des)estrutura estatal em matéria de meio ambiente.
#61422	Não	6,7	A ADEÇÃO AOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS OFERTADOS À POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA E SEU REFLEXO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM OLHAR VOLTADO AO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE GERICINÓ.
#62055	Não	6,7	A JUDICIALIZAÇÃO DO AXÉ E A LIBERDADE RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
#62107	Não	6,7	AS DELEGAÇÕES LEGISTAVAS NA ORDEM CONSTITUCIONAL
#57907	Não	6,7	Consequencialismo jurídico e ativismo judicial: Por uma interpretação constitucional do artigo 20, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
#58036	Não	6,7	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO
#57974	Não	6,7	Os desafios da democracia e da liberdade de expressão frente às fake news no cenário político brasileiro
#62071	Não	6,7	POR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL: A DIALOGICIDADE COMO ESSÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO.
#61859	Não	6,6	A Ação de Improbidade Administrativa na Prática Judiciária: Avanços, Retrocessos e Caminhos.
#61435	Não	6,6	A prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União: uma (re)visão do tema à luz dos recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal
#61708	Não	6,6	Da asfixia da pessoa jurídica no combate à improbidade administrativa: Análise da constitucionalidade e compatibilidade dos instrumentos de indisponibilidade de bens e de dissolução compulsória (art. 19, III da Lei Anticorrupção) e o art. 21 da LINDB
#61510	Não	6,6	Lei Geral de Proteção de Dados – impactos e repercussões
#61978	Não	6,6	MÁCULAS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: um estudo acerca do desenho institucional adotado pelos Três Poderes em (des)favor da consolidação de um quadro patológico de Constitucionalismo Abusivo no Brasil
#58456	Não	6,6	Ministocracia: Origem, fortalecimento e sua temerária relação com o poder de captura
#61563	Não	6,5	A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA
#61449	Sim	6,5	AUSTERIDADE E VULNERABILIDADE: ANÁLISE DO IMPACTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 NO FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
#61436	Não	6,5	Interface entre o sandbox e os serviços públicos regulados: desafios e perspectivas de aplicação
#61935	Não	6,5	LIMITES ÉTICOS DO JUIZ NO USO DAS MÍDIAS SOCIAIS E O CONSEQUENCIALISMO JURÍDICO
#62070	Não	6,5	LIMITES MATERIAIS E FORMAIS DE VALIDADE DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COM O PODER PÚBLICO OU O PARTICULAR
#61398	Não	6,5	O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O CADE E O BANCO CENTRAL SOB A ÓTICA PRICIPOLÓGICA
#58599	Não	6,5	O REGÍME HÍBRIDO DA CAPITALIZAÇÃO PROPOSTA PARA EMPRESAS ESTATAIS: CASO ELETROBRÁS
#61981	Não	6,5	Operações policiais em favelas e os limites constitucionais da atuação do Estado.
#61514	Não	6,5	PODER DE POLÍCIA CIDADÃO, UM DEVER - E SUAS CONSEQUÊNCIAS, À LUZ DA IMPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL DE EFICIÊNCIA, DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

#57693	Não	6,5	PROFILING E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: POR UMA ARQUITETURA REGULATÓRIA DE ANÁLISE DE RISCO.
#61714	Não	6,5	RACISMO INSTITUCIONAL E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL.
#58586	Não	6,5	REGULAÇÃO, PODER DE POLÍCIA E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UM DEBATE SOBRE AS MUDANÇAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO
#62036	Não	6,4	A Judicialização dos Direitos de Pessoas Trans a Luz do STF
#61505	Não	6,4	A proteção da liberdade artística no Brasil: arte engajada e a manutenção da ordem democrática
#61401	Não	6,4	A VULNERABILIDADE DO REFUGIADO E A PERSPECTIVA DO ESTADO BRASILEIRO
#61459	Não	6,4	O federalismo está morto: Caminhos para a regeneração do federalismo brasileiro
#61658	Não	6,4	O Futuro da Constituição e a Constituição do Futuro: Uma análise do papel do Supremo Tribunal Federal na agenda do Constitucionalismo Digital
#58086	Não	6,4	O PROCESSO ELEITORAL: PARADIGMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFETIVIDADE DA COTA DE GÊNERO NO CENÁRIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
#61720	Não	6,4	Transconstitucionalismo Ecológico na América do Sul: o diálogo entre cortes e a proteção do meio ambiente pelos tribunais constitucionais da Colômbia, Brasil e Argentina
#61785	Não	6,4	Um país de contradições: Democracia e direitos no Brasil da austeridade
#61842	Não	6,3	OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NO DESENHO INSTITUCIONAL-CONSTITUCIONAL: QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, DISRUPÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
#61451	Não	6,2	A CONSTITUINTE CHILENA 2021/2022 – PODER CONSTITUINTE EM TEMPO REAL, PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI E OS NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
#61329	Não	6,2	A HIERARQUIZAÇÃO SOCIAL DE GÊNERO NO CAMPO POLÍTICO ESTRUTURADO: UM ESTUDO SOBRE A SUB-REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO ÂMBITO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
#61461	Não	6,2	As omissões inconstitucionais e a função contramajoritária do STF nos expressos mandados de criminalização: uma análise da ADO 26
#61865	Não	6,2	AUTONOMIA LEGISLATIVA ESTADUAL SOB A ÓTICA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A PROTEÇÃO À CONFIANÇA LEGÍTIMA
#62048	Não	6,2	Constituição do Japão de 1946 e o Neoconstitucionalismo
#58427	Não	6,2	PRÁTICAS DE CONSENSUALIZAÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA
#58331	Não	6,1	Principais mecanismos de erosão do Estado Democrático de Direito no Brasil sob a Presidência de Jair Bolsonaro: uma análise de nomeações e discursos
#61315	Não	6	90 anos do sufrágio feminino: olhar e vivência política das mulheres e a legislação eleitoral brasileira
#61771	Não	6	DEMOCRACIA E O CONTROLE DA MEGAPOLÍTICA PELO JUDICIÁRIO: uma análise do caso brasileiro
#61619	Não	6	O ABISMO LINGÜÍSTICO ENTRE O JURISDICIONADO E A JUSTIÇA: A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DO PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS HUMANOS
#62100	Não	6	O NEGACIONISMO E AS DEMOCRACIAS EM CRISE Uma análise do fenômeno do negacionismo e seus impactos nas democracias em recessão
#61059	Não	6	O pulmão da democracia brasileira: Controle de constitucionalidade, sistema proporcional de votos e a crise de representatividade
#61324	Não	6	PROGRAMAS DE CONFORMIDADE AMBIENTAL: GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
#58668	Não	6	Regulação Ética da Inteligência Artificial
#61755	Sim	5,8	A Democracia Como direito fundamental na Constituição Federal de 1988
#61744	Não	5,8	A NECESSIDADE DE REPENSAR O REGIME JURÍDICO DAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA AVIAÇÃO CIVIL
#61217	Não	5,8	O ATIVISMO JUDICIAL E O EFEITO BACKLASH NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
#61323	Não	5,8	O Conselho Federal de Medicina e a arquitetura regulamentar do registro de especialidade médica - A tensão dialética entre a pretensa delegação legislativa e a reserva específica de lei
#61490	Sim	5,8	O direito à vida e a dignidade de pessoa humana: uma análise sobre como o modo de interpretação pode limitar direitos fundamentais
#61754	Sim	5,8	O STF e a sua jurisprudência na pandemia causada pelo coronavírus: como administrar conflitos originados por tensões políticas entre os poderes da República?
#61730	Não	5,7	A FALTA DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE OS ÓRGÃOS LEGITIMADOS A ASSINAR ACORDO DE LENIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS SOBRE O TEMA
#61314	Não	5,7	CUSTOS VULNERABILIS: LIMITES, ACEPÇÕES E CRÍTICAS AO PODER “CONSTITUCIONAL” CUNHADO EM BERÇO DOUTRINÁRIO.
#61803	Não	5,7	Democracia e processo eleitoral: consolidação da democracia como norte das limitações ao exercício do poder de escolha do eleitor
#61860	Não	5,7	Eleições indiretas na Constituição de 1988 e democracia: um diálogo a partir da teoria revisada das omissões inconstitucionais
#61267	Não	5,7	Incremento de segurança jurídica aos acordos de leniência regidos pela Lei Anticorrupção
#61234	Não	5,7	Judicialização de leitos de UTI na pandemia de Covid-19: estudo sobre a aplicação da Recomendação nº 66/2020 do CNJ
#61823	Não	5,5	A dualidade de coeficientes da aposentadoria por incapacidade permanente pela Emenda Constitucional nº 103/2019: uma análise de constitucionalidade à luz do princípio da isonomia.
#62087	Não	5,5	EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA CONSENSUALIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI N° 14.133/21
#61348	Não	5,5	O CARÁTER ARBITRAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA COM O ADVENTO DA PANDEMIA DO COVID-19
#61440	Não	5,3	A contribuição do voto distrital misto para a qualificação da representação democrática
#61975	Não	5,3	A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SAÚDE: A distribuição de medicamentos à luz das cláusulas do mínimo existencial e da reserva do possível. Ativismo judicial ou Omissão Estatal?
#61669	Não	5,3	O constitucionalismo abusivo no Brasil pós Constituição de 1988 e os mecanismos judiciais de controle político e proteção da democracia
#61687	Não	5,3	O FINANCIAMENTO EMPRESARIAL NAS CAMPANHAS ELEITORAIS: UM MODELO DE CORRUPÇÃO E RETROCESSO
#62030	Não	5,3	Os limites das competências legislativas concorrentes dos entes federativos: caso julgamento da MC-ADI 6341
#61214	Não	5,3	SISTEMAS PUNITIVOS: A (DES) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA PRISIONAL NA TEMÁTICA CONSTITUCIONAL PENAL
#61240	Não	5,2	LIMITES DA RESPONSABILIDADE DOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU – RJ: CRISE FISCAL E A FALTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO ACORDADO NO TERMO DE CESSÃO DE USO.
#61742	Não	5,2	DEMOCRACIA BRASILEIRA: HISTÓRICO, CRISE E NOVOS PARADIGMAS PARA A ESTABILIDADE.
#61672	Não	5,2	DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE - ESTADO COMO GARANTIDOR DO BEM COMUM
#61910	Não	5,2	Improbidade Administrativa: Uma análise de casos de acusação de governadores do estado do Rio de Janeiro, pela prática do crime, e seus impactos no governo do estado
#61955	Não	5,2	O SUPREMO DO SÉCULO 21: O PROTAGONISMO POLÍTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO MECANISMO CONSTITUCIONAL DE DEFESA E SOFISTICAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
#61796	Não	5,2	Pluralismo vs. Hegemonia cultural no mercado audiovisual a partir dos serviços de streaming
#61639	Não	5	A (in) viabilidade do Estado de Coisas Inconstitucional na Saúde Pública Brasileira como instrumento para efetivação do direito social à saúde no atual quadro pandêmico da Covid-19
#61228	Não	5	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O MÉRITO DA IMPRESCRITIBILIDADE
#61276	Não	5	Análise da necessidade das reformas dos sistemas eleitoral e de governo como elementos indispensáveis à implementação da Democracia de Fato no Brasil
#61764	Não	5	Compensação tributária. Eficácia do artigo 161 A, IN 1717 da RFB. Contornos sob a ótica do Direito público. Ônus do contribuinte. Bônus da administração pública.
#58112	Não	5	O direito fundamental à desburocratização da Administração: a simplificação do processo administrativo à luz do Direito Constitucional
#61462	Não	4,8	A corrupção do malhete - Análise dos casos de venda de decisões judiciais nos principais tribunais do país.
#62022	Não	4,8	Liberdades Comunicativas à Luz do Binômio Liberdade-Responsabilidade, da Teoria do Abuso de Direito e do Particularismo Moral
#61618	Não	4,8	Ativismo Judicial e a Pandemia da COVID-19: Os efeitos sistêmicos do decisionismo em tempos de pandemia.
#61444	Não	4,7	“HÁ 500 ANOS PROPALAMOS: ESSE É O PAÍS DO FUTURO, ANTES TARDE DO QUE NUNCA”: OS CONTRATOS DE IMPACTO SOCIAL, A INOVAÇÃO DO SETOR PRIVADO E A MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.
#61231	Não	4,7	A Segurança Jurídica como Corolário do Estado de Direito e as consequências da imprescritibilidade para se pleitear o ressarcimento ao erário decorrente de improbidade administrativa
#61509	Não	4,7	ATUAÇÃO INCONSTITUCIONAL DA BANCADA EVANGÉLICA EM PROJETOS DE LEI FAVORÁVEIS À COMUNIDADE LGBTQIA+: O CASO DA NÃO APROVAÇÃO DAS PECS 135/1995 E 111/2011
#61250	Não	4,7	Futuro e perspectivas do processo licitatório após o advento da nova lei de licitações
#57684	Não	4,7	Intervenção judicial em ações que envolvem o direito à saúde, no período entre 2015 e 2020, e as decisões recentes do STF sobre a temática
#61271	Não	4,3	APLICAÇÃO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO E A AVALIAÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS NOS ESTADOS.
#61326	Não	4	ABOLITIO CRIMINIS DESACATO
#61794	Não	4	Mutação Constitucional Limites e Possibilidades das Mudanças Informais da Constituição
#61788	Não	4	Políticas sociais públicas na ótica da comunidade LGBTQIAP+
#61277	Não	3,7	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADES INTELIGENTES: UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
#61056	Sim	3,7	DIREITOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: O ENFRENTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS FRENTE AOS ABALOS POLÍTICOS E AMEAÇAS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.
#61657	Não	3,7	Editais de Seleções e Concursos Públicos da Área Jurídica, no Contexto do Estado Democrático de Direito: cláusulas editalícias como fatores de violação de direitos, inclusão e exclusão, sob a luz dos direitos fundamentais
#61880	Não	2,7	A possível responsabilização do agente público quando do abuso da discricionariedade de seus atos ao gerar prejuízo ao interesse público: um estudo de caso do fechamento da casa de shows Caneção.
#61538	Não	2,4	ESTADO DE DIREITO ANTICORRUPÇÃO – UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DESVIADOS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
#61995	Não	2,4	Inexecução parcial dos contratos públicos: a responsabilização dos particulares e o controle judicial dos atos administrativos sancionatórios
#61705	Não	2	A Inaplicabilidade Do Princípio Constitucional Administrativo Da Eficiência No Que Tange Ao Princípio Constitucional Fundamental Da Cidadania
#61256	Sim	2	COMPRAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Mestrado - Empresa e Atividades Econômicas

Inscrição Cotas Nota Final

Título do Projeto

#61706	Não	9,5	A recepção do voto plural pelo direito brasileiro
#61584	Não	9,2	Responsabilidade civil da companhia aberta perante os seus investidores por falha no dever de informar: uma análise crítica de seus elementos
#57981	Não	9,1	O Provimento n.º 72/2019 do Conselho Nacional de Justiça como Recuperação de Crédito e Instrumento de Desjudicialização
#57757	Não	9	O Denominado Controle Externo e o Parâmetro de Responsabilidade do seu Titular
#58566	Não	8,5	A UTILIZAÇÃO DE CLÁUSULAS ARBITRAIS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM ACORDOS EM CONTROLE DE CONCENTRAÇÃO
#61946	Não	8	Resultados fora de campo: a reorganização societária e a profissionalização da operação-futebol como superação da crise financeira
#61653	Não	7,8	AS DUPLICATAS ESCRITURAS NO DIREITO BRASILEIRO: O DESENVOLVIMENTO DAS DUPLICATASDE ACORDO COM A EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO, PASSANDO PELA LEI Nº 5.474/1968, COM DESTAQUE PARA O QUADRO CONTEMPORÂNEO DA DESMATERIALIZAÇÃO E ESCRITURALIZAÇÃO, ORGANIZADOPELO SISTEMA IMPLEMENTADO PELA LEI Nº 13.775/2018 E ACRESCIDO DA CIRCULAR BACEN Nº 4.016/2020.
#58275	Não	6,9	O PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA: OBRIGAÇÃO OU MERA FACULDADE DO DEVEDOR INSOLVENTE
#61574	Não	6,9	TOKENIZAÇÃO DA PAIXÃO NACIONAL: A CRISE DOS CLUBES DE FUTEBOL
#57375	Não	6,8	DO DIREITO SECURITÁRIO AO CAMBIÁRIO: exame do inédito ILS - Instrumento Ligado a Seguro destinado ao financiamento (res)securitário no Brasil
#61535	Não	6	Direitos dos Acionistas Minoritários e Governança Corporativa à Luz da Alteração do §2º do Art.252 da Lei nº 6.404/76
#62078	Não	6	FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: O DESENVOLVIMENTO DE ALGORITMOS AUTOMATIZADOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE FERIR PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS?
#61778	Não	6	Gestão da crise financeira na empresa: uma abordagem comparativa da adoção da cultura recuperacional pelos sistemas britânico e brasileiro
#61238	Sim	6	Utilização do programa de compliance como remédio comportamental imposto pelo CADE
#61466	Não	6	Voto Plural e o Exercício do Poder de Controle nas Companhias de Capital Aberto
#61611	Não	5,9	LITIGÂNCIA PREDATÓRIA NO DIREITO DA CONCORRÊNCIA: A ANÁLISE CRÍTICA DOS LIMITES CONCEITUAIS E DOS EFEITOS JURÍDICOS
#61736	Não	5,9	O INTERESSE TRANSINDIVIDUAL NA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E OS LIMITES DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL
#61385	Não	5,8	ANÁLISE DO USO DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PRESTADORA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO FERROVIÁRIO PARA PRÁTICA DE COMÉRCIO POR AMBULANTES
#62027	Não	5,8	Função Social, Responsabilidade Social das Companhias e seus aspectos jurídicos
#61452	Não	5,8	O registro do MVP junto ao INPI como forma de proteger a ideia inovadora da startup e de fomentar um ambiente inovador seguro
#61554	Não	5,8	P2C2 – O QUADRADO DE RELAÇÕES ENTRE A PRIVACIDADE, A PROTEÇÃO DE DADOS, O DIREITO COMERCIAL E O DIREITO CONCORRENÇIAL
#61455	Não	5,8	Princípio majoritário: parâmetros de validade para a manifestação de vontade dos credores na recuperação judicial à luz da isonomia
#61841	Não	5,6	Novo regime da desconsideração da personalidade jurídica na falência e sua compatibilização com o princípio falimentar da eficiência.
#61680	Não	5,6	O desconhecimento acerca do registro da propriedade industrial e seus efeitos no atraso do desenvolvimento da micro e pequena empresa no agronegócio
#61379	Não	5,3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA SOCIEDADE EMPRESARIAL
#62088	Não	5	OS DESAFIOS À EFETIVIDADE DO VOTO PLURAL NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO VIS-À-VIS A TENDÊNCIA INTERNACIONAL E OS INTERESSES DOS INVESTIDORES
#57796	Não	2,8	AFFECTIO SOCIETATIS: um estudo sobre a aplicação do instituto e dos conceitos de “justa causa”, “ato de inegável gravidade” e “falta grave” nas ações de dissolução parcial motivada pela exclusão do sócio no Judiciário Fluminense
#61199	Não	0	A Contribuição do Debate Posner-Dworkin para a Análise Econômica do Direito
Medrado - Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61845	Não	ELIMINADA	Conflitos do Planejamento Tributário no Âmbito do ISSQN
#61522	Não	9,5	A importância da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) como elo cooperativo nas relações entre o Fisco federal e os contribuintes
#61663	Não	9,5	ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DE UM INITIAL COIN OFFERING (ICO) DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL.
#61862	Não	9,5	DA COLABORAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO: uma análise acerca do Dever Fundamental de Colaboração Tributária face à obrigatória observância do Princípio da Capacidade Colaborativa em prol da Justiça Fiscal
#61473	Não	9,5	Entre o Unilateralismo e o Multilateralismo na Tributação da Economia Digital: a Postura do Brasil no BEPS 2.0 e o Imperialismo Fiscal Internacional
#57698	Não	9,5	FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS PARA A SINDICABILIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PELO CONTROLE EXTERNO
#61952	Não	9,5	LIMITES DA PROVA EMPRESTADA NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
#61426	Não	9,5	Os limites do sigilo fiscal: a mitigação do sigilo das informações das grandes empresas à luz da transparência fiscal e da responsabilidade social
#62114	Não	9,5	O PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO DA RENDA E O NOVO PADRÃO CONTÁBIL BRASILEIRO
#57780	Não	9,5	PRETO NO BRANCO: A JUSTIÇA FISCAL TEM COR? Uma análise da equidade racial na tributação brasileira: perspectivas de enfrentamento da desigualdade de raça a partir do sistema tributário.
#62073	Sim	9,5	Reflexões acerca do orçamento público e seu aspecto político
#61709	Não	9	Qualificação e Tributação dos Rendimentos Provenientes da Computação na Nuvem
#61356	Não	8,5	O SISTEMA DUAL DE TRIBUTAÇÃO DA RENDA NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA
#61270	Não	8	AS LACUNAS LEGISLATIVAS, A EXTRAFISCALIDADE E AS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS
#61911	Não	7,5	IMPACTO DAS RENÚNCIAS FISCAIS E ORÇAMENTO REPUBLICANO NA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO DE DIREITO.
#58414	Não	7	DO ANALÓGICO AO DIGITAL: DESAFIOS DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
#61358	Não	6	Estudo do planejamento tributário nos tributos indiretos. Instrumentos a favor dos Estados Federados como limitadores a adoção de planejamentos abusivos por parte dos contribuintes. Uma proposta de solução.
#61691	Não	6	"A (IM)MORALIDADE TRIBUTÁRIA CORPORATIVA NO ESTADO FISCAL DA CONTEMPORANEIDADE: OS DESAFIOS E CAMINHOS PARA A ADEQUAÇÃO"
#61612	Não	6	A ADOÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NACIONAL COMO INSTRUMENTO DE HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM ÂMBITO MUNICIPAL.
#57790	Não	6	A ECONOMIA DIGITAL: A INTERMEDIÇÃO DO PAGAMENTO: NOVAS FORMAS DE COMPRA E VENDA NA INTERNET E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
#61651	Não	6	A imunidade tributária dos terreiros como ferramenta de garantia constitucional à religião das minorias.
#58375	Não	6	A opção por tipo na interpretação da legislação tributária: análise empírica da jurisprudência dos países membros da OCDE
#61524	Não	6	A PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA SOB ENFOQUE NEOPROCESSUALISTA: poposta de um modelo para delimitação dos marcos legais
#61930	Não	6	A Tributação Federal e o Direito Internacional nas Operações Envolvendo Computação em Nuvem
#61666	Sim	6	ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E A RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS ENTRE A FAZENDA PÚBLICA E OS CONTRIBUINTES
#61840	Não	6	As alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 178/2021 ao Regime de Recuperação Fiscal e a autonomia financeira constitucional das Universidades Públicas
#61241	Não	6	Benefícios Fiscais e a insuficiência da legislação nacional quanto à disciplina da extrafiscalidade, da justificação e de critérios de concessão e de aferição de resultados. Uma tentativa de teoria geral.
#61387	Não	6	Competência tributária: a impossibilidade de alteração automática dos conceitos constitucionais
#61684	Não	6	CONTROLE SINCRÉTICO DE VALIDADE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS: PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA
#58148	Não	6	CORONAVÍRUS: SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA APÓS A CRISE
#61807	Não	6	ECONOMIA DIGITAL E TRIBUTAÇÃO NO BRASIL: O CASO DAS FINTECHS
#61527	Não	6	ENTRE O PACTO FEDERATIVO E A JUSTIÇA FISCAL: Caminhos para uma Reforma Tributária Justa e Constitucional
#61678	Não	6	Federalismo Fiscal no Brasil: concentração de receita tributária na esfera da União e os desdobramentos no enfrentamento da crise da Covid-19
#61753	Não	6	Gênero e Tributação: análise das perspectivas e impactos para as mulheres. O Direito Tributário como instrumento de justiça social e fiscal.
#61883	Não	6	Igualdade Menstrual: a tributação dos absorventes higiênicos em face dos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana.
#58065	Não	6	ITCMD e o Conflito de Normas no Estado do Rio de Janeiro
#61885	Não	6	Marketplaces: Análise crítica da sujeição passiva à luz da Constituição e do Código Tributário Nacional
#61391	Não	6	O Direito tributário, o influxo de vetores interpretativos, uma ponte entre ambos e o fenômeno da ressonância.
#58264	Não	6	O NOVO MERCADO DE GÁS NATURAL: OS DESAFIOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DO COMPARTILHAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS ESSENCIAIS
#61931	Não	6	O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA, A CONVENÇÃO MODELO DA OCDE E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAZADAS
#61640	Não	6	Os aspectos e desafios tributários nas operações com criptomoeas
#61701	Não	6	OS EFEITOS DA REDUÇÃO BUROCRÁTICA DOS TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO NOS MOLDES DE UNIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA PROPOSTOS NAS PEC(S) 45/2019 E 110/2019 EM RELAÇÃO A INALTERAÇÃO DAS INJUSTIÇAS FISCAIS
#58025	Não	6	Pink Tax - A tributação diferenciada entre mulheres e homens e sua contribuição para o agravamento da desigualdade de gêneros.
#57866	Não	6	Planejamento tributário como obstáculo à concretização de direitos fundamentais: análise de seus impactos sobre as políticas públicas
#61299	Não	6	QUE PAÍS É ESTE? O censo responde!
#61715	Não	6	Reforma Tributária: dificuldades de implementação e impactos econômicos e sociais
#61345	Não	6	REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS
#61907	Não	6	SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DE EFICIÊNCIA

#61438	Não	6	TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO INSTITUTO NO BRASIL SOB A LUZ DA HERMENÊUTICA
#61273	Não	6	TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL: O tratamento tributário nas transações envolvendo comércio eletrônico no Brasil sob a perspectiva do ICMS e ISS
#61374	Não	6	TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DE INSTITUTOS ESTRANGEIROS A REALIDADE NACIONAL
#57989	Não	6	Tributação do Pecado: entre o Estado salvador e o pecador
#61414	Não	6	TRIBUTAÇÃO REGULATÓRIA DAS BIG TECHS: ANÁLISE TEÓRICA E PROBLEMAS PRÁTICOS
#61654	Não	6	TRIBUTAÇÃO REGULATÓRIA: Aperfeiçoamento do Processo Democrático e Novos Desenhos Institucionais
#61656	Não	6	Tributário Cognitivo Comportamental: Homo Economicus e as falhas de mercado
#58654	Sim	6	A Aliquota da Desigualdade: A Taxação das Grandes Fortunas como Mecanismo de Justiça Distributiva
#61801	Não	6	A EXTRAFISCALIDADE COMO MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UM ESTUDO SOBRE O MARC
#62019	Não	6	As consequências da crise sanitária na gestão fiscal
#62043	Não	6	INVESTIGAÇÃO E MAPEAMENTO DAS OCORRÊNCIAS DE BITRIBUTAÇÃO NA REFORMA TRIBUTÁRIA
#61317	Não	6	Arbitragem Tributária como direito do cidadão-contribuinte, nos tempos da Sociedade de Risco (pós-modernidade), como expressão da aplicação do princípio da praticidade, à luz dos direitos fundamentais da duração razoável do processo e da entrega da tutela jurisdicional efetiva e eficaz.
#61300	Não	6	O IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS E SEU PAPEL DECISIVO NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA
Mestrado -Teoria e Filosofia do Direito			
Inscrição	Cotas	Nota Final	Título do Projeto
#61646	Não	9	O APAGAMENTO EPISTÊMICO DA REVOLUÇÃO HAITIANA NA DISCIPLINA DE DIREITOS HUMANOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
#61960	Não	8,9	AS LUTAS POR DIREITOS DAS PROSTITUTAS TRAVESTIS EM SÃO PAULO 1990 - 2020
#61216	Não	8,9	Por uma perspectiva teórica do Sul: novos outros possíveis rumos epistemológicos
#61752	Não	8,8	DEMOCRACIA DEFENSIVA: O INQUÉRITO DAS FAKE NEWS COMO MECANISMO DE AUTOPROTEÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL À LUZ DO PARADOXO DA TOLERÂNCIA DE KARL POPPER.
#61870	Não	8,8	O ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO E AS IDEOLOGIAS DOMINANTES: UM ENSAIO SOBRE A JUSTIÇA COMO EQUIDADE E A DEMOCRACIA AGONÍSTICA
#61557	Não	8,8	Violação Jurídica, Poder Judiciário e Democracia: olhares sobre a infância e juventude
#58306	Não	8,7	Ser Juiz na Colônia: A Investigação da Vida Progressa e o Acesso à Carreira da Magistratura no Período Pós-Pombalino (1770-1822)
#61839	Não	8,7	TEMPO, MEMÓRIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL
#62106	Não	8,6	TUTELA ANTIDISCRIMINATÓRIA NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: Uma análise de compatibilidade com as formas modernas de discriminação
#61858	Não	8,5	ESTADO, BIOPODER E NECROPOLÍTICA: OS DESAFIOS DE PROTEGER A POPULAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA
#61544	Não	8,2	Luta de classes e Estado de Direito: superação do conceito binário do conflito social em Domenico Losurdo
#61826	Não	8,1	A TUTELA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: Identificação dos critérios de ponderação a partir da teoria da preservação da memória.
#61844	Não	8	Lukács na Rússia de 1924: uma análise ontológica da obra de Evgueni B. Pachukanis
#61572	Não	8	Lukács, Pachukanis e a Possibilidade Histórica do Jsmaterialismo
#58073	Não	8	O CORPO COMO O OUTRO E OUTRO COMO ESTRANHO: PREMISAS EXCLUDENTES DO CAPITALISMO E RELAÇÃO COM OS FEMINISMOS NA ATUALIDADE
#61310	Não	8	O ESPAÇO DA VERDADE COMPROMETIDO: a construção reprodutivista da racionalidade jurídica no Brasil.
#61205	Não	8	O TELETRABALHO EM HOME OFFICE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DOS SERVENTUÁRIOS: AVANÇOS OU RETROCESSOS PARA A MULHER NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?
#61620	Sim	8	Polícia Autorizada a Matar: Análise da legitimidade concedida às ações da polícia no Brasil.
#61200	Não	8	Teoria Crítica Feminista dos Direitos Fundamentais
#61806	Não	7,9	DEVE HAVER UM DIREITO ESPECÍFICO À LIBERDADE RELIGIOSA? Uma análise comparativa das respostas de Ronald Dworkin e John Finnis
#61655	Não	7,9	PARA ALÉM DO MERO RECONHECIMENTO: A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS ESTADOS PLURINACIONAIS LATINO-AMERICANOS
#62031	Não	7,9	Pluralismo Razoável, Direito e Justiça: o liberalismo político de John Rawls e a teoria discursiva do direito de Robert Alexy
#62013	Não	7,8	A judicialização e a luta pela terra: O caso do Acampamento Marielle Franco em Itinga do Maranhão – MA
#61519	Não	7,8	A vulnerabilidade da efetividade do artigo 205 da Constituição Federal e suas implicações na construção do reconhecimento social através da dimensão do direito, na teoria de Axel Honneth
#58327	Não	7,8	Sujeição Voluntária e Soberania do Capital: Diálogo entre os pensamentos de Étienne de La Boétie e Louis Althusser
#61982	Não	7,7	A TEORIA QUEER E OS SUJEITOS DE DIREITO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO DO STF NO RE 670.422/RS
#61887	Não	7,5	A Reforma da Previdência de 2019 como Manifestação da Ofensiva Neoliberal no Capitalismo Tardio: uma Crítica Marxista ao Juspositivismo Burguês
#62115	Não	7,5	DEPOIS DO FIM DA HITÓRIA: A PANDEMIA DE COVID-19 COMO REIFICAÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO COMO POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO
#57904	Não	7,5	OS OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA LIBERAL NO BRASIL
#61692	Não	7,5	Violação de direitos fundamentais e humanos como impeditivo ao florescimento da Democracia no Brasil - efeito corrosivo ou deletério de violações sistemáticas a garantias penais e processuais penais no âmbito da população de comunidades carentes
#61756	Não	7,4	A INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA FORMAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES
#61600	Não	7,4	Direito à Manifestação no Brasil: Heranças das Jornadas de Junho de 2013
#61825	Não	7,2	JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRA QUÊ É QUERO? REPERCUSSÃO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA PRÁXIS DE JUIZES E PROMOTORES DE JUSTIÇA
#61383	Não	7,1	DIREITOS HUMANOS DOS "INUMANOS": uma reflexão sobre as finalidades dos direitos humanos perante as crises de consciência internacionais
#61599	Não	7,1	OS HOMENS FARDADOS E A POLÍTICA BRASILEIRA : Uma análise acerca da politização dos militares e da expansão dos processos de securitização a partir das prerrogativas da Constituição Federal de 1988
#61712	Não	7	A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA NA DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA: ESTUDO DE CASO SOBRE O DEFICIT NA DEFENSORIA PÚBLICA/RJ
#61272	Sim	7	CRIMES CULTURALMENTE MOTIVADOS: O Abandono de Gemelares Guarani sob a Perspectiva do Direito Brasileiro
#62084	Não	7	Cultura do medo na sociedade pós-moderna: uma justificativa para o recrudescimento punivista
#62056	Não	7	Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a PEC 17/2020
#61274	Não	7	EM BUSCA DO PLENO EMPREGO: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ECONÔMICA DE UM PROGRAMA "ESTADO EMPREGADOR" NO BRASIL
#58449	Não	7	O "Estado Social de Direito" brasileiro e sua sobrevivência em meio à expansão ca-pitalista: uma análise crítica da ordem jurídica social de 1988 no contexto de uma economia dependente.
#61962	Sim	7	O direito como instrumento emancipatório do sujeito na pós-modernidade
#61546	Não	7	O ESTUDO DA CRIMINOLOGIA PERANTE O PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO
#61406	Não*	7	O FENÔMENO DA DEEP FAKE NO CONTEXTO ELEITORAL E SEUS EFEITOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
#61562	Não	6,8	O INCONSCIENTE COLETIVO E O DIREITO NATURAL: UMA ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES SOCIAIS DA LIBERDADE INDIVIDUAL NO BRASIL
#61637	Sim	6,5	A PARTIR DE AGORA SOMOS TODOS NEGROS: POTENCIALIDADES DA REVOLUÇÃO HAITIANA E O ARTIGO 14 DE SUA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA AS REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE CORPOS RACIALIZADOS COMO NEGROS
#61597	Não	6,5	Democracia, neoliberalismo e a obliteração do sujeito da injustiça social à luz da EC 95/16
#62104	Não	6,3	As estruturas de linguagem da 2ª Seção do STJ: o tribunal de cidadania é um espaço público democrático?
#61882	Não	6	A NECESSÁRIA INFORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NO TRIBUNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E O ACESSO À JUSTIÇA: ENFOQUE NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UMA QUARTA ONDA
#61242	Não	5,5	RENOVATÓRIA DO ACESSO À JUSTIÇA
			Da democracia ao autoritarismo: ascensão e queda da República de Weimar sob a perspectiva de Espinosa